

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**“Meu amorzinho, Brasília nunca mais será a mesma”: o relato de si de Clodovil  
Hernandes enquanto deputado federal (2007-2009)**

Carlos Eduardo Barzotto

Porto Alegre

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**“Meu amorzinho, Brasília nunca mais será a mesma”: o relato de si de Clodovil  
Hernandes enquanto deputado federal (2007-2009)**

Carlos Eduardo Barzotto

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

Porto Alegre

2021

**“Meu amorzinho, Brasília nunca mais será a mesma”: o relato de si mesmo de Clodovil Hernandes enquanto deputado federal (2007-2009)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Benito Bisso Schmidt

Aprovado em:

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Elias Ferreira Veras (UFAL)

---

Prof. Dra. Céli Regina Jardim Pinto (UFRGS)

Porto Alegre

2021

## RESUMO

A partir do campo da historiografia LGBTQIA+, esta pesquisa se propôs a pensar como um corpo considerado dissidente em relação à matriz heterossexual pôde relatar a si mesmo no Congresso Nacional. Nesse sentido, objetivou-se compreender como o primeiro deputado assumidamente homossexual do Brasil, Clodovil Hernandes, colocava-se discursivamente no plenário da Câmara de Deputados durante sua legislatura (2007-2009). Para tanto, foram buscadas no site da Câmara os discursos do deputado de modo a construir o corpus empírico. A partir de perspectivas teórico-metodológicas advindas dos estudos pós-estruturalistas, os conceitos de discurso e de relato de si foram empregados para a análise. Nela, argumentou-se que Clodovil relata a si mesmo a partir de dois eixos principais: um, segundo o qual ele é um *outsider* da política tradicional; e outro, de acordo com o qual ele está próximo de uma feminilidade essencializada e idealizada. De forma transversal, um terceiro eixo também se faz presente perpassando os demais, pelo qual a relação do deputado com o divino e com a moralidade cristã é utilizada para sustentar e legitimar suas enunciações.

**Palavras-Chave:** Clodovil Hernandes; Historiografia LGBTQIA+; Relato de si.

## ABSTRACT

From the field of LGBTIA+ historiography, this research has aimed to reflect upon how a body considered as dissenting from the heterosexual matrix could give an account of itself at the National Congress. In that sense, it was aimed to comprehend how the first openly homosexual congressperson in Brazil, Clodovil Hernandes, discursively gave accounts of himself in the plenary of the Câmara de Deputados during his legislature (2007-2009). For such, the deputies' speeches were searched in Câmara's website in order to construct the empirical corpus. Out of theoretical-methodological approaches accrue from post-structuralist studies, the concepts of discourse and account of oneself were used for the analysis. In it, it was argued that Clodovil gives account of himself from two main axes: one, according to which he is an outsider of the traditional policy; and another, according to which he is near an essentialized and idealized femininity. In a transversal way, a third axle also is present going through the others, in which the congressman's relation with the Divine and with Cristian morality is used in order to uphold and legitimize his enunciations.

**Key Words:** Clodovil Hernandes; LGBTQIA+ Historiography; Account of oneself.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2. POR DIFERENTES OLHARES, CLODOVIL: PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA .....</b>	<b>9</b>
<b>2.1. Gay, homossexual, entendido, bicha, veado e bofe: experiências homossexuais na História do Brasil .....</b>	<b>11</b>
<b>2.3. Homossexual, adotado, estilista, apresentador, congressista: como entender Clodovil a partir de seu relato de si mesmo? .....</b>	<b>19</b>
<b>3. “VOCÊS NÃO PENSEM QUE EU SOU PASSIVO NÃO”: TRAJETÓRIA DE VIDA E POLÍTICA DE CLODOVIL HERNANDES.....</b>	<b>25</b>
<b>3.1. “Em nenhum momento desejei ser Deputado”: as vivências de Clodovil....</b>	<b>26</b>
<b>3.2. Para além do grotesco: o Deputado Clodovil Hernandes .....</b>	<b>29</b>
<b>4. “QUERO ESTAR AQUI COM HONRA, E É O QUE VOU FAZER DE QUALQUER MANEIRA”: O RELATO DE SI MESMO DE CLODOVIL NA CÂMARA DE DEPUTADOS.....</b>	<b>38</b>
<b>4.1. Clodovil, o <i>outsider</i> da política. ....</b>	<b>39</b>
<b>4.2. Clodovil, o servo de certas feminilidades. ....</b>	<b>43</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>51</b>

## 1. Introdução

“Não são os *cowboys* que ainda estão faltando  
Esse problema já era velho em 94  
Não se ofenda, isso pode parecer um pouco errado:  
Para onde foram todos os meninos gays?”<sup>1</sup>  
Good Guys – MIKA (2015)

Início este trabalho com um trecho da música *Good Guys*, do cantor libanês MIKA. Faça tal movimento não só porque se trata de um de meus artistas preferidos, mas também porque esse excerto parece-me potente. Ao olhar para o passado e para as representações que temos dele, a cantor questiona: para onde foram todos os meninos gays? Em uma breve busca por representação LGBTQIA+ em sua memória, a música ainda questiona: “E para meus heróis que estavam vestidos de dourado / Eu apenas tinha esperança de um dia poder ser tão corajoso / Para onde foram todos os meninos gays?”<sup>2</sup>.

Utilizei tais excertos para abrir este trabalho pois creio que eles são instigantes para pensar: para onde foram os meninos gays na História (com H maiúsculo)? E as meninas lésbicas? E as pessoas trans? A mesma pergunta poderia ser repetida para todas as letras da sigla LGBTQIA+, mas o questionamento segue o mesmo: esses sujeitos existiram? Se sim, por que não aprendemos sobre eles na escola? Teria a criança LGBTQIA+ o direito de sentir-se representada pelos sujeitos que estuda na história escolar?

Quando ingressei na faculdade de História, em 2014, buscava responder a tais perguntas. Mais do que um interesse acadêmico, essas questões eram de interesse – e legitimação – pessoal. Ao longo do percurso até aqui – a conclusão da licenciatura em 2018, a conclusão do mestrado em Educação em 2020 e o percurso do curso de bacharelado –, aprendi a problematizar contextos históricos, modos de produção e debater a posição dos principais teóricos (no geral, no masculino) da disciplina. Mas e onde Clio encontrou os sujeitos LGBTQIA+, da comunidade à qual eu pertencço?

Conforme argumentarei ao longo deste trabalho, a historiografia brasileira focada em questões LGBTQIA+ é relativamente recente. Ela emergiu, ainda, décadas após o interesse de outras disciplinas das Ciências Humanas sobre o assunto, como a

---

<sup>1</sup> Tradução livre feita por mim do trecho: “It’s not the cowboys that are missing anymore / That problem was already old in ’94 / Don’t be offended, this might seem a little wrong / Where have all the gay guys gone?” (MIKA, 2015).

<sup>2</sup> Tradução livre feita por mim do trecho: “And to my heroes that were dressed up in gold / Only hoping one day, I could be so bold / Where have all the gay guys gone?”.

Antropologia e a Sociologia (SCHMIDT, 2021). Diante disso, este trabalho inscreve-se em tal proposta de historiografia LGBTQIA+ e visa operar com as perspectivas teórico-metodológicas caras a este campo em formação.

Ao estudar alguns dos materiais mais conhecidos sobre o assunto, como o livro *Devassos no Paraíso* publicado por João Trevisan (2018), constatei aquilo que já sabia sobre a presença e a representatividade da comunidade LGBTQIA+ na política institucional: além de haver poucos legisladores e governantes que dizem-se da comunidade, a violência institucional que busca normatizar e regular tais corpos neste campo é, com frequência, constatada.

Enquanto jovem LGBTQIA+, senti-me representado na política institucional por um membro da comunidade pela primeira vez quando conheci a figura de Jean Wyllys, então deputado federal e assumidamente homossexual enquanto eu estava no Ensino Médio. Fazendo breve buscas sobre o assunto, no entanto, dei-me conta que houve um deputado assumidamente homossexual no Congresso antes de Jean: Clodovil Hernandes.

Polêmico e ácido, Clodovil é alvo de elogios de muitos dentro da comunidade, mas também de duras críticas. Tais elogios e críticas estendem-se também ao resto da sociedade civil, como ao movimento de mulheres, por exemplo. Mesmo em meio a tamanha polêmica, notei nos livros e artigos que tratam da inserção de pessoas LGBTQIA+ na política uma baixa – quando não nula – menção ao breve período em que Clodovil foi deputado federal, entre 2007 e 2009.

Com este trabalho, portanto, tenho como objetivo compreender um pouco mais de sua breve carreira política. Não se trata, no entanto, de elogiar ou de criticar a sua figura ou a sua postura – ao longo da leitura de suas falas, inclusive, distanciei-me mais de suas ideias do que achei que faria. Trata-se de refletir sobre as possibilidades, limites e tensões de uma atuação legislativa LGBTQIA+ no início dos anos 2000. Com isso em mente, proponho-me neste trabalho a questionar: **como Clodovil Hernandes relatava a si mesmo no Congresso Nacional durante suas falas no plenário geral?**

Tal recorte pelo plenário geral e por sua breve carreira enquanto deputado federal justifica-se pela extensão de um trabalho de conclusão de curso, o qual deve ser finalizado em apenas um semestre. Ainda assim, suas enunciações na Câmara geraram mais de trinta páginas para a análise que foi empregada aqui, a qual é composta por dois principais eixos



do relato que Clodovil faz de si próprio. Tal material empírico foi gerado a partir da busca, no *site* da Câmara dos Deputados, sobre as ações do político no âmbito legislativo<sup>3</sup>.

Nesse sentido, apoiando-me nos estudos pós-estruturalistas de inspiração feminista, argumentarei neste trabalho que Clodovil Hernandes relata a si próprio na Câmara a partir de dois eixos de modo a sustentar sua posição na casa legislativa: em primeiro lugar, enquanto um *outsider* da política tradicional; em segundo lugar, enquanto um sujeito próximo a uma feminilidade essencializada e romantizada. Para tanto, utilizo principalmente os conceitos de discurso conforme proposto por Michel Foucault (1999a, 1999b) e de relato de si de acordo com as teorizações de Judith Butler (2019).

Delimito tal perspectiva teórica e a emergência dos estudos sobre historiografia LGBTQIA+ no Brasil no segundo capítulo. No terceiro capítulo, elenco questões e limites da revisão bibliográfica realizada sobre as diferentes vivências de Clodovil, e faço um levantamento de sua atuação legislativa. Com base neles, parto para análise do material empírico no quarto capítulo.

---

<sup>3</sup> Acervou disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/141409/biografia> . Acesso em 16 dez. 2022.

## 2. Por diferentes olhares, Clodovil: perspectiva teórico-metodológica

Em junho de 2021, o ator Silvero Pereira anunciou em suas redes sociais que interpretaria Clodovil Hernandes em uma série sobre a vida do estilista, apresentador e ex-deputado (OUL, 2021). Além das felicitações ao ator por ter sido escolhido para o papel, o *Twitter* foi tomado por debates que ora condenavam a *persona* de Clodovil, ora a admiravam.

Nesses comentários, as relações controversas do ex-deputado com a pauta feminista e com o movimento LGBTQIA+ foram levantadas, assim como suas declarações consideradas ácidas e sinceras foram novamente trazidas ao debate público. Entre elas, (re)emergiu uma grande disputa de significado: afinal, quem foi Clodovil Hernandes? Sua atuação como profissional e sua atuação política enquanto deputado foram positivas ou prejudiciais para a população LGBTQIA+, uma vez que ele foi o primeiro parlamentar assumidamente gay do Brasil? No mês seguinte, uma famosa entrevista dada por Clodovil a Silvio Santos foi reprisada na televisão brasileira, e novamente o debate foi acendido (ALMEIDA, 2021). Em meio a diversas declarações, destaco uma delas, feita no *Twitter*, e publicada no dia 19 de julho de 2021:

Figura 1: Imagem extraída do *Twitter*



Fonte: Twitter (2021)<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Retirado de: <https://twitter.com/prreginozn/status/1416995965291139077>. Acesso em 15 out. 2021.

Apesar de professar algumas inverdades, como a de que Clodovil era contrário ao casamento homossexual<sup>5</sup>, escolhi iniciar este capítulo com tal imagem pois ela evoca questões importantes para esse momento do texto e que reverberarão ao longo da escrita do trabalho. No texto, possível vislumbrar uma tentativa de colocar Clodovil como um gay que não defendia outros gays, assim como de taxá-lo como parte integrante de um sistema cisheterossexista que mantém a discriminação contra pessoas LGBTQIA+.

Tomando identidades como transitórias, instáveis e culturalmente definidas (HALL, 2006), parece-me importante questionar: quem é o sujeito homossexual - e LGBTQIA+ - do qual a imagem fala? Será que o entendimento sobre o que é ser pertencente à sigla é o mesmo hoje e nas diferentes épocas em que Clodovil viveu? Teria existido apenas uma forma de viver a sexualidade e, se sim, seria o ex-deputado um “traidor” de sua vivência gay?

Parece-me que estudar a atuação de Clodovil enquanto deputado federal implica em complexificar sua *persona* e sua vivência para além da ideia de que sua atuação era contrária à comunidade LGBTQIA+ e/ou um desserviço a ela. Creio ser significativo, a partir da perspectiva pós-estruturalista com a qual este trabalho pretende dialogar, compreender os diferentes atravessamentos pelos quais o ex-deputado viveu em sua vida, e as diferentes situações passadas pela comunidade gay<sup>6</sup> no período. Tal olhar plural e atento às convergências e tensões de sua atuação enquanto homossexual na arena pública permite, a meu ver, instigar as possíveis análises em relação a sua atuação enquanto deputado federal.

Por conta disso, pretendo abordar a seguir um breve histórico relacionado à história e a historiografia do movimento LGBTQIA+ no Brasil, assim como os aportes teórico-metodológicos que sustentaram a análise aqui realizada. Feito isso, será possível descrever, no próximo capítulo, a produção do material empírico, bem como realizar um levantamento bibliográfico sobre a vida de Clodovil Hernandez e de sua atuação no Congresso Nacional.

---

<sup>5</sup> Como veremos no capítulo seguinte, o ex-deputado lutou pela aprovação do casamento homoafetivo no Congresso Nacional.

<sup>6</sup> Referi-me, aqui, à “comunidade gay” para marcar o foco na vivência de Clodovil como homossexual masculino cisgênero, que é substantivamente diferente das vivências de mulheres lésbicas cisgêneras ou de pessoas trans no mesmo período em que ele viveu.

## 2.1. Gay, homossexual, entendido, bicha, veado e bofe: experiências homossexuais na História do Brasil

A busca e escrita sobre vivências hoje chamadas de LGBTQIA+<sup>7</sup> no passado é relativamente recente nas Ciências Humanas – e mais recente ainda quando se trata de historiografia. Conforme argumenta Benito Schmidt (2021), o primeiro estudo da área das ciências humanas a abordar a homossexualidade a partir de uma perspectiva não patologizante foi uma monografia defendida na Universidade de São Paulo (USP) em 1958, chamada *Homossexualismo em São Paulo: estudo de um grupo minoritário*, e escrita por José Fábio Barbosa e Silva.

Tal trabalho está inserido em um contexto anterior ao golpe civil-militar no qual esses estudos tiveram as condições de possibilidades de emergirem. Segundo o autor, no entanto, eles foram sufocados pelas lufadas autoritárias do regime instaurado no Brasil em 1964, e só passaram a ser retomados na metade final do período da ditadura civil-militar, com forte atuação da “imprensa guei”, que buscava preservar uma memória dessa comunidade. Nesse sentido,

Como ressalta Jeffrey Weeks, essas histórias produzidas pela militância, não obstante seu tom muitas vezes apoloético dos grandes personagens LGBTQI+ do passado, tiveram uma importante função política, pois “auxiliaram a transformar a imagem pública do homossexual de um ser biologicamente patológico ou de uma anomalia psicológica em um ‘ser social’ reconhecido (Weeks, 2016, p. 39) (SCHMIDT, 2021, p. 22-23).

Na década de 1980, então, estudos sobre homossexualidades foram desenvolvidos no Brasil, sobretudo no campo da Antropologia e da Sociologia. Os trabalhos de Peter Fry, Edward MacRae, Nestor Perlongher, Richard Parker, Luiz Mott são notórios nesse sentido. Além deles, o livro ensaístico *Devassos no Paraíso* de João Silvério Trevisan, publicado em 1986, também contribuiu para o debate. O que ocorria, no entanto, em relação aos trabalhos históricos? Estavam os historiadores e historiadoras brasileiros interessados na história daqueles que hoje chamamos de pessoas LGBTQIA+? De acordo com Joana Pedro e Elias Veras (2015, p. 95),

Ao mesmo tempo em que antropólogos/as e sociólogos/as se debruçavam sobre as novas personagens que “entravam em cena” e as mulheres reescreviam a história a partir de sua inserção nela, a maioria dos/das

---

<sup>7</sup> Compreendo que termos como LGBT, LGBTQIA+ e quaisquer partes dessa sigla são marcas do presente, e não identidades fixas no passado. Ainda assim, mantenho-as pelo caráter político de tal escrita. Essa questão será problematizada ao longo do capítulo.

historiadores/as mantinha silêncio a respeito da barulhenta presença dos homossexuais, que assumiam, cada vez mais, visibilidade na sociedade brasileira a partir da década de 1980 (PEDRO, VERAS, 2015, p. 95).

Para os autores, essa exclusão dos sujeitos LGBTQIA+ da historiografia está relacionada, sobretudo, à primazia de uma história política focada em grandes sujeitos, deixando de lado uma imensa pluralidade de narrativas, formas de participação e atuação na sociedade. Nesse sentido,

Se, por um lado, a invisibilidade das mulheres era produzida pela hegemonia do sujeito masculino universal, por outro, a exclusão das homossexualidades demonstra que os homossexuais nem mesmo como outro fazem parte da história. Estes sujeitos, na lógica da história, tradicional, não seriam o outro, mas o não-humano, uma vez excluídos da humanidade legitimada pela heteronormatividade (PEDRO, VERAS, 2015, p. 96).

Apesar de ainda se apresentar em número reduzido e focada em recortes do Sudeste do Brasil, a historiografia sobre sujeitos LGBTQIA+ no país tem avançado nas últimas décadas (SCHMIDT, 2021) em íntima relação com os trabalhos relacionados à História das Mulheres e das Relações de Gênero e com os estudos foucaultianos (PEDRO, VERAS, 2015). Ora, mas como identidades hoje pertencentes à sigla LGBTQIA+ podem ser percebidas no passado? Teriam sempre existido gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais na história? Eles eram chamados dessa forma?

O trabalho pioneiro do filósofo Michel Foucault é potente para responder tais perguntas. No primeiro volume de *A História da Sexualidade* (FOUCAULT, 2014), o autor argumenta que a sexualidade é um dispositivo criado entre os séculos XVII e XVIII para estimular discursos, normas, categorizações e estudos sobre corpos de modo a melhor governá-los. Assim,

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 2014, p. 115)

A homossexualidade, assim como a bissexualidade e a heterossexualidade, são, nesse sentido, criações históricas. Isto não significa, no entanto, que tais práticas ou tais identidades não existam. Pelo contrário, tal argumentação localiza a emergência dessas práticas e identidades na contemporaneidade. Em outras palavras, poderíamos dizer que práticas de sexo e/ou afeto entre os diferentes corpos existiram desde os primórdios da

humanidade, mas que eles passaram a ser entendidos e categorizados do que hoje chamaríamos *disso* ou *daquilo* a partir da emergência do dispositivo da sexualidade.

Como resume Jeffrey Weeks, “[...] os significados que damos à sexualidade e ao corpo são socialmente organizados, sendo sustentados por uma variedade de linguagens que buscam nos dizer o que o sexo é, o que ele deve ser e o que ele pode ser” (WEEKS, 2010, p. 43). Weeks mostra, em seu trabalho, como as identidades que hoje chamamos de homossexual e heterossexual emergiram de forma conjunta, sobretudo a partir de estudos demográficos e da sexologia.

Ao longo do desenvolvimento dos conceitos entre os séculos XIX e XX, a heterossexualidade passou a ser vista como “normal”, ao passo que a homossexualidade era estudada e categorizada como “anormal” (KATZ, 1995). Com a ascensão do dispositivo da sexualidade, tais práticas consideradas “anormais” passaram a ser estudadas, analisadas, categorizadas e sofreram um grande investimento discursivo e prático que buscava “corrigi-las”. Desse modo, “parece razoável considerar que aqueles médicos e seus predecessores, ao produzirem sua compreensão, lançaram as bases do que viria a se desenvolver como uma nova identidade sexual e social” (FACCHINI, SIMÕES, 2009, p. 39)

Uma vez que este trabalho pretende trabalhar com uma figura homossexual do Brasil contemporâneo, cabe questionar: quais foram os impactos do desenvolvimento discursivo acima citado em territórios brasileiros? Quais as identidades homossexuais emergiram a partir deles? Quais foram as ações governamentais e sociais em relação a elas?

Como pontua James Green (GREEN, 2000), pessoas designadas como homens que mantinham relações sexuais e/ou afetivas com outras pessoas designadas como homens, assim como aquelas designadas como mulheres que mantinham relações sexuais e/ou afetivas entre si, foram perseguidos pela Santa Inquisição pela prática de *sodomia* no Brasil. Isso significa que o motivo que as levou ao tribunal, às fogueiras e/ou às multas era uma *prática sodomica*, e não uma *identidade*.

De acordo com o autor, é possível localizar a emergência de algumas identidades homossexuais na virada do século XIX para o século XX no Brasil<sup>8</sup>. A tentativa legal de coibir *identidades* homossexuais é, segundo ele, marca do período que chamamos de primeira república, cujo desenvolvimento ocorreu entre 1889 e 1930. Desse modo,

A efeminação no homem e a homossexualidade persistiu como uma forte representação do comportamento homoerótico até a segunda metade do século XX, quando surgiram noções alternativas de identidade sexual que contestaram esse paradigma dominante (GREEN, 2000, p. 63).

Por conta da extensão e do propósito deste trabalho, não irei retomar toda argumentação de James Green no que diz respeito às diferentes condições vividas por homossexuais ao longo de todo século XX. Ainda assim, cabe sinalizar um ponto importante do período: a emergência de uma *identidade homossexual* baseada na divisão entre um corpo visto com performance de gênero vista como feminina ou efeminada (a *bicha* ou *o fresco*, cujas expressões eram atribuídas aos sujeitos sexualmente passivos no intercurso) e aos corpos vistos como masculinos (o *bofe*, cuja expressão era atribuída ao sujeito sexualmente ativo no intercurso).

Tal identidade não era, evidentemente, fixa e imóvel, e sim resultado de embates discursivos por significado. Sua emergência é resultado de (re)produções dos próprios sujeitos que enunciam tais discursos e também dos enunciados que eram emitidos sobre eles<sup>9</sup>. Assim,

Outros homens desse período reproduziram essa visão bastante difundida, mas não exclusiva, de que os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo só podiam se desenvolver quando papéis rigidamente definidos de homens masculinos “ativos” e homens femininos “passivos” fossem desempenhados (GREEN, 2000, p. 137).

Em meio a tais negociações de significado, a homossexualidade foi aos poucos deixando de ser vista como *uma prática criminosa* para tornar-se uma *identidade patológica*. Entre as décadas de 1920 e 1930, então, ocorreu uma “[...] crescente intervenção dos médicos, juristas e criminologistas brasileiros em questões sociais que

---

<sup>8</sup> Cabe citar, aqui, que o trabalho de James Green, como ele mesmo assume no livro, foca-se em identidades homossexuais *masculinas* e cujo epicentro é o *Sudeste* do Brasil. Outros trabalhos vêm sendo desenvolvidos por historiadores no sentido de ampliar tal visão, como é o caso de Elias Veras (2017), que trabalha com a identidade travesti no Nordeste brasileiro. Na medida em que este trabalho foca-se na figura de Clodovil, um homossexual masculino assumido, focar-me-ei também em falar sobre essa identidade.

<sup>9</sup> Essa perspectiva teórica insere-se nos estudos culturais e pós-estruturalistas, que serão debatidas e discutidas na próxima parte deste capítulo.

abrangiam desde a função “higiênica” da mulher na família até a relação entre raça e crime” (GREEN, 2000, p. 127).

Uma destas questões foi a das práticas e dos sujeitos classificados como homossexuais, que nesse momento foram alvos de uma prática médico-legal higienista que buscava *corrigi-los* por meio do higienismo social. Por conta disso, muitas famílias, sobretudo as mais abastadas, passaram a internar seus filhos em clínicas psiquiátricas e a submetê-los a testes psiquiátricos que iam desde o uso de drogas até o emprego de choques elétricos com objetivo de curá-los da suposta doença que os afligia. Caso o tratamento não tivesse o efeito desejado, pelo menos evitaria o comportamento público desse indivíduo, de modo a desvincular sua ação da reputação familiar (GREEN, 2000). Assim,

na ausência de leis explícitas de condenação à homossexualidade, médicos e legislas agiam em estreita colaboração com a polícia nos esforços de prescrever ações correcionais que, acrescidas à punição pelos crimes previstos na lei, podiam ampliar indefinidamente o tempo de privação da liberdade daqueles que vinham a ser diagnosticados como homossexuais (FACCHINI, SIMÕES, 2009, p. 66).

Tais ações não ocorriam, no entanto, sem práticas de resistência e contra-conduta. Nesse sentido,

O período de “movimentação” homossexual entre as décadas de 1950 e 1970 [...] desenhou os contornos gerais do processo que fez que as homossexualidades saíssem do armário e se dirigissem não só para as festas, mas também para as assembleias e reuniões de pauta (FACCHINI, SIMÕES, 2009, p. 79).

Houve, portanto, disputas pelo espaço público de corpos considerados “desviantes” por uso e/ou reconhecimento público. No Rio de Janeiro, por exemplo, é o caso da disputa pelo acesso às partes da praia consideradas pontos de encontro para homossexuais masculinos (GREEN, 2000).

De qualquer forma, a identidade homossexual marcada pela dicotomia bicha/bofe passou a ser questionada a partir da década de 1960, sobretudo por gays da classe média, que agora viam-se como “*entendidos*”. Foi o caso de Hélio, um dos escritores do jornal *O Snob* (publicado entre 1963 e 1969), considerado um dos grandes nomes da imprensa gay do período. Opondo-se à visão bicha/bofe estabelecida pela maioria dos redatores, Hélio questionou a ideia de que uma *bicha* não era um homem de verdade, como um *bofe* seria (GREEN, 2000).



Com a instauração do regime civil-militar em 1964, no entanto, a mídia homossexual, assim como a ação de homossexuais na arena pública, passou a ser alvo da repressão do governo, que buscava coibir pautas e questões contrários ao que eles consideravam como família *de verdade* e como *bons costumes*. Tal postura estatal pode ser vista no livro *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e busca de verdade*, organizado por James Green e Renan Quinalha, cujos capítulos são fruto do trabalho da Comissão Nacional da Verdade referente à questão hoje chamada de LGBTQIA+ (GREEN, QUINALHA, 2014).

Nas questões midiáticas, muito importantes neste trabalho pela presença de Clodovil como apresentador de televisão no período, a censura governamental agiu com grande força. Conforme argumenta Tiago Medeiros, a partir de um dos capítulos do livro citado acima,

Ao mesmo tempo em que provocavam a curiosidade dos telespectadores, a presença de homossexuais passou a ser objeto de reclamações da sociedade civil ao serviço de censura, o qual buscou banir a sua presença dos programas, além de persegui-los e a outros homossexuais com usos seletivos da Lei de Imprensa da época por uma suposta ofensa à moral público e aos bons costumes (MEDEIROS, 2020, p. 23-24).

Na década de 1970, por exemplo, tal censura alcançou homossexuais públicos como Clóvis Bornay, Denner Pamplona Abreu e o próprio Clodovil por conta de seus gestos, posturas e atitudes considerados caricatos e demasiadamente efeminados (RODRIGUES, 2014). Nesse período, valendo-se das agitações da década de 1960 ao redor do mundo como as demandas de Maio de 1968 na França, a Revolta de Stonewall nos EUA em 1969 e a emergência de uma nova onda do feminismo, surge no Brasil em 1970 o movimento politizado de homossexuais (GREEN, 2000).

A partir da abertura política de 1978, de acordo com Regina Facchini e Júlio Simões (2009), surge a primeira onda do movimento político em torno da homossexualidade no Brasil<sup>10</sup>, cuja identidade era marcada pela presença dos *enteditos*, que agora chamavam-se de *gays*. É deste período, que se estende até a redemocratização,

---

<sup>10</sup> Recentemente, a divisão por ondas vem sendo questionada. De acordo com aqueles e aquelas que a questionam, tal esquema analítico não dá conta de explicar os diferentes atravessamentos identitários dos integrantes do movimento feminista e/ou homossexual. Além disso, cria “fases” homogêneas a partir de determinados centros, políticos e intelectuais, definidores de sentido. Desse modo, com o esquema de ondas, foca-se com frequência em pessoas brancas, cis-heterossexuais (no caso do feminismo) e que ocupam posições geográficas centrais em seus países de origem. Apesar de reconhecer tal crítica, não encontrei nenhum trabalho que propusesse uma narrativa alternativa e, portanto, mantive, para fins didáticos, a divisão por ondas.

que surgiram o Grupo Somos, o jornal Lampião da Esquina e o Grupo Gay da Bahia. A emergência desse movimento politizado, de acordo com Green, é resultado das mudanças no comportamento sexual e da forma como ele era visto na sociedade brasileira desde a década de 1960. Dentre elas, estão:

[...] o espaço social conquistado pelos “bichas” e “bonecas” na década de 1960, a difusão de ideias a partir do movimento gay internacional, o desenvolvimento de uma crítica brasileira ao machismo e à homofobia e a influência dos movimentos políticos e sociais de esquerda sobre os principais líderes. O surgimento de um movimento político gay era também resultante da consolidação de uma nova identidade “entendida” (GREEN, 2000, p. 396).

A segunda onda desse movimento politizado de homossexuais é localizada por Facchini e Simões na década de 1980, com grande foco para o processo de redemocratização (no qual inclui-se a nova Constituinte) e a explosão e os efeitos da epidemia de HIV-Aids para a comunidade LGBTQIA+.

Conforme pontua João Trevisan (2018, p. 290), nesta década “foram se multiplicando personagens homossexuais em várias telenovelas e seriados televisivos de grande audiência no país”. A ação de personagens midiáticos, tais como Clodovil Hernandes, foram, portanto, operadores importantes em mudanças de significados tidos pela sociedade em relação aos sujeitos homossexuais.

Além disso, no processo de elaboração da atual Constituição houve grande movimentação de grupos hoje chamados LGBTQIA+ no sentido de proibir a discriminação por orientação sexual no texto constitucional. A demanda teve, inclusive, como porta-voz no Congresso o pelotense João Mascarenhas. Apesar da intensa movimentação dos grupos politizados, tal proposta foi negada pelos constituintes. Este movimento é o que Juan Vaggione (2017) considera o primeiro momento em que a bancada católica e a bancada evangélica uniram-se no Congresso Nacional.

É nesse período, no entanto, que também eclode a epidemia de HIV-Aids, considerada por muitos o “vírus gay”. Apesar de a epidemia ter feito emergirem enunciados que culpavam os LGBTQIA+ pela contaminação, o efeito no movimento homossexualidade foi, de certa forma, positivo, pois:

A epidemia HIV-Aids teve um tremendo efeito, afinal, não no desaparecimento, mas na transfiguração da homossexualidade e no aumento de sua visibilidade multifacetada. Desenvolvimentos decorrentes da relação com as políticas estatais de direitos humanos e controle de DST e Aids, bem como da vitalização do mercado segmentado, terão impacto na configuração

do movimento homossexual que se observa ao longo dos anos 1990 (FACCHINI, SIMÕES, 2009, p. 135).

Tal efeito não é apenas presente em relação aos homossexuais masculinos, como também se estendeu à criação de redes de sociabilidade, resistência e contra-conduta de lésbicas, bissexuais, transexuais e transgêneros. No Rio Grande do Sul, por exemplo, Augusta Oliveira descreve a emergência de um movimento de travestis e transexuais na capital a partir, dentre outras coisas, da pauta do HIV-Aids (OLIVEIRA, 2018).

Finalmente, Facchini e Simões (2009) localizam uma terceira onda do movimento político em torno da homossexualidade no Brasil a partir da década de 1990, representada pela construção de parcerias entre o Estado, grupos de ativistas e ONGs. De acordo com Trevisan (2018), também é desse período a inclusão de homossexuais como alvos de empresas que viam neles potenciais compradores e que, portanto, incluíram-nos na sociedade por meio da lógica do consumo.

Em publicação recente, Regina Facchini (2020) também debruça-se sobre o desenvolvimento do movimento LGBTQIA+ a partir dos anos 2000 no Brasil. Apesar de não nomear uma quarta onda do movimento, a autora caracteriza o período por um grande descentramento de identidades e de pluralização das mesmas, sobretudo a partir da popularização da chamada teoria *queer*.

Em resumo, Facchini e Simões (2009) dizem que o moderno ativismo LGBT:

[...] representa a feição contemporânea de um esforço que, partindo dos parâmetros postos pela sexologia, procurou desvincular a homossexualidade da conotação de patologia e constituí-la como formas possíveis, legítimas e vitoriosas de ser e viver. A mobilização de gays e lésbicas constituiu um repertório de ideias e técnicas organizacionais adotadas por outros segmentos que compuseram um movimento amplo, marcado por estilos, comunidades e trajetórias particulares, reivindicando seus respectivos espaços e direitos (FACCHINI, SIMÕES, 2009, p. 53).

Clodovil Hernandes viveu entre 1937 e 2009 e, portanto, foi atravessado pela maioria das práticas, discursos e representações descritas acima. Além disso, percebendo identidades em sua pluralidade e transitoriedade (HALL, 2006), também é interessante pensar que ele foi atravessado por suas identidades enquanto um homem adotado, cisgênero, apresentador de televisão, estilista, e assim por diante.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Não encontrei referências sobre a forma como Clodovil definia-se em relação a sua raça/etnia, portanto não citei tal atravessamento. Ele cita, em suas falas no Congresso, que sua mãe o chamava de “macaquinho preto”, mas não citou como ele se identificava. Da mesma forma, a análise deste trabalho não deu conta,

Talvez, portanto, seja um reducionismo desproporcional descrevê-lo um sujeito que nunca representou uma ameaça ao preconceito contra os homossexuais, como foi feito no *post* que abre este capítulo. Ainda assim, tal enunciação segue instigante para pensar: se a identidade homossexual como vista hoje – e local a partir da qual emerge o *post* – é composta por diferentes discursos acerca do que é ser gay, bicha, fresco, veado ou entedido, como Clodovil localiza-se em meio a tal discursividade? Quando afirma-se que ele é idolatrado por heterossexuais, de quais heterossexualidades se está falando?

Neste subcapítulo, busquei complexificar essas questões a partir de breves – e localizados, como afirmei – debates relacionados à emergência das identidades homossexuais no Brasil do século XX. Ao meu ver, tais debates são importantes para analisar as enunciações de Clodovil no Congresso Nacional, na medida em que ele enuncia, na tribuna, sua posição de sujeito e a forma como relata a si mesmo (BUTLER, 2019).

Na próxima e última parte do presente capítulo, trarei questões centrais da perspectiva teórico-metodológica a partir da qual esse trabalho se desenvolve para, enfim, proceder com a revisão bibliográfica e debate a respeito da vida política de Clodovil no capítulo seguinte.

### **2.3. Homossexual, adotado, estilista, apresentador, congressista: como entender Clodovil a partir de seu relato de si mesmo?**

A partir de uma perspectiva pós-estruturalista, compreender que Clodovil era atravessado por uma série de discursos significa pensar que ele – assim como qualquer outra pessoa – estava imerso em complexas redes discursivas que disputavam o que é considerado verdadeiro e o que é falso, e os significados das palavras e das coisas.

Para este trabalho, assumo uma postura de inspiração foucaultiana e mobilizo alguns conceitos dos estudos culturais, como o de identidade. Este último é visto, conforme pontua Stuart Hall (2006), como uma construção cultural e fluída, sobretudo no período em que vivemos, chamado pelo autor de pós-modernidade. Nesse sentido, um

---

pela sua extensão e complexidade, de incluir a discussão sobre classe, a qual era muito latente falas do deputado fora do plenário da Câmara.

sujeito vai construindo sua identidade de diversas formas ao longo de sua vida, ao passo que é atravessado por uma série de pertencimentos identitários, acontecimentos e discursos.

De modo a analisar como Clodovil relata a si mesmo no Congresso Nacional, creio que dois conceitos-ferramenta são primordiais: o de discurso, sob inspiração da obra de Michel Foucault; e o de relato de si, sob inspiração da obra de Judith Butler. Para Foucault (1999a), os discursos são essenciais na a produção de subjetividades. Nesse sentido,

[...] em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1999a, p. 8-9).

Os discursos são tão controlados na medida em que constituem a ética de cada sujeito e como estes sujeitos localizam-se e agem frente ao mundo, produzindo, pois, tais éticas e tais sujeitos. A partir dessa perspectiva, o discurso não é algo ideal e nem é pertencente ao mundo das ideias. Pelo contrário, entende-se que são as redes discursivas que dão sentido e, portanto, formam a materialidade do mundo. Assim,

Os discursos disseminam-se pelo tecido social, infiltram-se nas fábricas, nas escolas, nos lares, nos programas televisivos, nas conversas cotidianas, nas universidades, nas academias de ginástica, nos hospícios, nas prisões, nos jogos de videogame, nas marcas e nas campanhas publicitárias, nas páginas dos jornais, sem limitar-se a nenhuma dessas maquinarias. Com suas regras internas e externas, os discursos organizam e ordenam os sentidos por onde passam (FERREIRA, TRAVERSINI, 2013, p. 210).

Há, de acordo com o trabalho de Michel Foucault, uma intensa luta de significados que é realizada no campo discursivo para definir o que são as coisas (Foucault, 1999b). Tal luta de significados ocorre em relação a uma complexa rede de relações de poder-saber, em que saberes são mobilizados de modo a sobrepor regimes de verdade que sustentam determinadas lógicas, como ocorrido no caso da emergência do dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 2014).

Em termos práticos para este trabalho, operar com o conceito de discurso significa compreender que as enunciações de Clodovil no Congresso Nacional são historicamente localizadas e fruto tanto da construção de sua subjetividade quanto das relações de poder presentes no momento da emissão da fala. Além disso, por conta de o discurso não possuir autoria (FOUCAULT, 1999a), as enunciações não necessariamente indicam algo *criado*

pelo sujeito que as emite, mas sim que houve *condições de possibilidades* para que elas fossem emitidas.

Conforme pontuam Maurício Ferreira e Clarice Traversini (2013), olhar para as condições de possibilidades do modo que determinadas enunciações foram feitas também implica compreender as regras discursivas dos lugares onde tais discursos circulam. Em se tratando de falas oficiais retiradas de atas da Câmara de Deputados, compreendo que as enunciações de Clodovil compõem o que Céli Pinto (2006) chama de discurso político. Para ela, esse último está imerso em uma constante e intensa busca de afirmação de significados. Nesse sentido, nele há “uma repetida tentativa de fixar sentidos em um cenário de disputa” (PINTO, 2006, p. 80). Da mesma forma, o discurso político:

[...] necessita para sua sobrevivência impor a sua verdade a muitos e, ao mesmo tempo, é o que está mais ameaçado de não conseguir. É o discurso cuja verdade está sempre ameaçada em um jogo de significações. Ele sofre cotidianamente a desconstrução, ao mesmo tempo só se constrói pela desconstrução do outro. É, portanto, dinâmico, frágil e, facilmente, expõe sua condição provisória (PINTO, 2006, p. 89).

A partir desta perspectiva, poderíamos pensar, então, quais verdades e significados Clodovil buscava impor no Congresso Nacional. Uma vez que o foco deste trabalho é no relato de si enunciado por ele neste local, penso que as questões podem ser diferentes. Em se tratando de um corpo LGBTQIA+, por exemplo, talvez seja mais potente questionar em quais são os sentidos repetidos sobre si, de modo a compreender as relações de poder-saber nas quais um corpo considerado dissidente está inserido.

As enunciações, nesse sentido, são emitidas por corpos. É preciso compreender, portanto, quais as condições nas quais estes corpos estão, assim como quais são as relações de poder-saber em que eles estão envolvidos. No caso de Clodovil, poder-se-ia questionar: sua presença, enquanto um sujeito que corporificava o que se chamava de “afetação” e/ou “efeminação”, afeta as relações de poder ali presentes? Ou, pelo contrário, seria preciso fazer um esforço, por parte dele, para integrar satisfatoriamente o quadro da Câmara?

Em *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia* (2018), Judith Butler propõe que “o corpo é menos uma entidade do que um conjunto vivo de relações; o corpo não pode ser completamente dissociado das condições ambientais e de infraestrutura da sua vida e da sua ação.” (BUTLER, 2018, p. 72). A forma como ele se manifesta não é, então, isolada, e sim inserida em um contexto

de relações de poder atravessadas pelas mais diversas questões. Nas palavras de Silvana Goellner,

Um corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno. Mais que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... Enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas e a serem descobertas (GOELLNER, 2010, p. 29).

A corporeidade performada por Clodovil no Congresso Nacional estaria, portanto, ligada às relações estabelecidas nesse ambiente. No que diz respeito à sua expressão de gênero e em relação a sua sexualidade, poderíamos supor então que haveria negociações com os poderes ali atuantes? Sobre a relação do corpo com o gênero, Butler defende que:

[...] verifica-se que não pode haver reprodução de normas generificadas sem a representação corporal dessas normas, **e quando esse campo de normas se rompe, mesmo que provisoriamente, vemos que os objetivos estimuladores de um discurso regulatório**, como ele é representado corporalmente, têm consequências nem sempre previstas, abrindo caminhos para formas de viver o gênero que desafiam as normas de reconhecimento predominantes (BUTLER, 2018, p. 39 – grifos meus).

Tomando o gênero como um organizador do social (MEYER, 2003), compreendo que as diversas formas de perceber masculinidades, feminilidades e diferentes formas de performá-las corporalmente são historicamente demarcadas (SCOTT, 1995) e de extrema importância nos ambientes em que transitamos na nossa sociedade. As marcas de gênero, assim como as marcas de raça/etnia, são percebidas acerca de nós mesmos pelos outros mesmo que não queiramos, pois tratam-se de normas que estão além de nosso corpo e de nosso controle.

Nesse sentido, a presença corporal de Clodovil, que desde a campanha fazia piadas e emitia frases de duplo sentido relacionadas a sua sexualidade e a sua forma de performar gênero, poderia ser considerada disruptiva no ambiente do Congresso Nacional, cuja presença marcadamente é de homens, brancos, cisgêneros e heterossexuais. Butler, no entanto, também se refere ao discurso regulatório que poderia agir sobre esse corpo.

Tal relação entre a forma como um corpo performa suas diferentes identidades e enuncia verdades sobre elas e o discurso regulatório que age sobre ele é onde está o ponto principal do relato de si, de acordo com a autora. Entendendo moral como Butler (2019)<sup>12</sup>,

---

<sup>12</sup> Em *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética* (2019), Butler constrói o conceito de moral e o discute a partir de Adorno e Foucault.

vejo-a como um *éthos* coletivo que “instrumentaliza a violência para manter sua aparência de coletividade” (BUTLER, 2019, p. 15). Para ela, no ato de relatar a si mesmo – seja a partir de formas discursivas ou não-discursivas –, um sujeito relaciona sua narrativa à tal moral violenta que visa universalizá-lo. Questionando acerca do relato de si mesmo de Clodovil, é possível compreender como um corpo marcado pela homossexualidade e considerado excêntrico ou grotesco no Congresso Nacional relaciona-se com a moral e, assim, quais trocas são feitas em termos de relação de poder.

Tomando os pronunciamentos de Clodovil no Congresso, no entanto, não busco decifrar o que ele realmente queria dizer, tampouco objetivo fazer uma abordagem psicológica sobre o que ele estaria pensando. Como propõe Durval Albuquerque Junior (2009, p. 235), o historiador deve, ao deparar-se com um pronunciamento ou com um discurso político, não “perguntar apenas o que ele diz sobre o passado, que informações ele nos traz, mas devemos nos perguntar como esse discurso foi produzido, em que época, por quem, em que circunstâncias políticas, econômicas, sociais”.

Da mesma forma, entendo que um pronunciamento só faz sentido a partir de sua relação externa com outros discursos (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009) e com a norma vigente (BUTLER, 2019). Ao mesmo tempo, ele também fala da forma como aquele corpo que o enuncia se entende, se coloca e se traduz nesse contexto, forjando uma imagem que se quer criar no mundo externo. Clodovil, por exemplo, ao subir à tribuna do Congresso Nacional, não apenas se expressa, mas também busca dar sentido à sua figura naquele local. Assim,

Os discursos e pronunciamentos não falam de um objeto externo a eles, mas constituem o próprio objeto, dando a ele nome, conceituação, versões, inteligibilidade, verdades. Tanto que somente ao pronunciar ou escrever esses discursos e pronunciamentos, ou seja, somente ao expressar suas ideias, pensamentos, emoções, desejos, afetos posições políticas, éticas, estéticas, morais ou religiosas, é que o emissor vai adquirindo uma dada identidade de sujeito, vai emergindo como uma figura que costumamos chamar de Eu. O sujeito só se torna autor da fala ao falar, só se torna sujeito daquele discurso ou pronunciamento ao emití-lo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, ano, p. 235).

Nesse sentido, apesar de tratar-se de um caso específico, essa análise ajuda a compreender a mecânica das relações de poder no que tange ao gênero e à sexualidade no Congresso Nacional como um todo. Além disso, tal reflexão pode ser ampliada para



as legislaturas posteriores de modo a compreender, por exemplo, as agressões verbais sofridas por Jean Wyllys<sup>13</sup> no Parlamento.

Desse modo, pretendo analisar a fala de Clodovil a partir dos diferentes atravessamentos sociais que ele enuncia de modo a compreender como um corpo LGBTQIA+ relata a si mesmo no Congresso Nacional, um ambiente marcado pela heterossexualidade. Com os conceitos de discurso e de relato de si mesmo a partir das perspectivas expostas, a análise parece-me potente por permitir entender as enunciações a partir de diferentes perspectivas. Trata-se de afirmar, portanto, que a análise permitirá dizer isso *e* aquilo, e não isso *ou* aquilo.

Com isso em mente, decidi um *corpus* de análise a partir das falas de Clodovil no plenário geral da Câmara dos Deputados e de suas falas em comissões que são citadas no plenário. Utilizei tal recorte pois as falas para os outros deputados somam já trinta páginas de enunciações. Para a extensão de um trabalho de conclusão de curso, adicionar ainda todas as falas em comissões da Câmara tornar-se-ia impraticável em termos analíticos. Por conta disso, quando as falas em comissões são citadas no *corpus* inicial, como é o caso da polêmica na qual o deputado se envolveu com a deputada Maria do Rosário (PT/RS), elas são adicionadas ao material empírico.

No capítulo seguinte, farei uma breve revisão bibliográfica sobre a vida e sobre a atuação política de Clodovil e descreverei como o material empírico utilizado neste trabalho foi produzido. A partir das considerações do presente capítulo e do seguinte, realizarei, enfim, a análise pretendida.

---

<sup>13</sup> Jean Wyllys, homossexual cisgênero assumido, elegeu-se deputado federal em 2011. Desde o primeiro ano de sua candidatura, relatou insinuações e violências verbais dos colegas da Câmara em relação à sua sexualidade. Algumas delas, inclusive, partiram do então deputado Jair Messias Bolsonaro.

### 3. “Vocês não pensem que eu sou passivo não”: trajetória de vida e política de Clodovil Hernandes

No ano de 2006, o então apresentador de televisão Clodovil Hernandes candidatou-se ao cargo de deputado federal pelo Partido Trabalhista Cristão (PTC). Adotado por um casal de baixa renda quando era criança, Clodovil passou por diversas ocupações e situações nos quais sua presença e sua expressão corporal foram marcantes antes de se candidatar: foi o único homem de sua turma de magistério, tornou-se estilista nacionalmente conhecido, e também foi por muitos anos um apresentador de televisão que não tinha medo de tecer comentários ácidos, críticas ou então falar abertamente sobre ser homossexual. Contando com uma expressiva votação de meio milhão de votos, Clodovil não apenas foi eleito, como também conquistou mais uma cadeira para seu partido por conta do coeficiente partidário. No ano seguinte, assumiu o cargo político e tornou-se o primeiro deputado federal abertamente homossexual da história do Brasil<sup>14</sup>.

Levando de forma concomitante seu trabalho como deputado e como apresentador de televisão, Clodovil deu continuidade no plenário da Câmara de Deputados à sua postura polêmica, que despertava animosidades tanto das esquerdas quanto das direitas (MINUANO, 2019). O número de sua candidatura era o 3611, segundo o material televisivo do próprio candidato porque “o vinte quatro já era, agora é um atrás do outro”<sup>15</sup>.

Sua campanha para deputado federal trouxe, desde seu início, brincadeiras e expressões de duplo sentido para chamar a atenção do público. A frase em destaque no título desse projeto (“vocês não pensem que eu sou passivo não”) é uma delas, que brinca com a “passividade” que lhe era atribuída por conta da forma como ele performava sua masculinidade e sua homossexualidade de modo público.

De modo a fazer a análise da forma como Clodovil relatava a si mesmo no Congresso Nacional, que será o tema do capítulo seguinte, realizarei no presente capítulo

---

<sup>14</sup> Em declaração recente, o governador Eduardo Leite (PSDB/RS) assumiu-se homossexual. Em meio ao debate, também comentou-se sobre o fato da governadora Fatima Bezerra (PT/RN) ser igualmente homossexual. Ela elegeu-se deputada federal na mesma legislatura que Clodovil, mas não a considerei nesse levantamento pois a governadora não tinha assumido-se publicamente na tribuna ou em entrevistas à mídia.

<sup>15</sup> Entrei em contato com o Partido Trabalhista Cristão via e-mail em abril de 2021 requisitando os materiais de campanha de Clodovil de modo a poder analisá-los nesse trabalho. Até o momento, no entanto, não recebi resposta. Por conta disso, cito trechos de suas campanhas disponíveis no YouTube, que estão disponíveis no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=VNL1McWLCNU>. Acesso em: 05 mai. 2021.

dois movimentos anteriores. Em primeiro lugar, apresentarei os resultados da revisão bibliográfica feita sobre ele, apesar dos poucos materiais disponíveis. Em seguida, exporei dados sobre a sua participação enquanto deputado federal a partir de informações retiradas do site da Câmara dos Deputados.

### 3.1. “Em nenhum momento desejei ser Deputado”: as vivências de Clodovil

Em sua primeira fala na tribuna da Câmara dos Deputados, realizada no dia seis (6) de fevereiro de 2007, Clodovil Hernandes inicia reiterando uma posição de *outsider* da política ao afirmar que “em nenhum momento desejei ser Deputado”, ainda mais por ele já ter “construído uma carreira sólida e de sucesso como estilista, comunicador e ator” (BRASIL, 2007a)<sup>16</sup>. Tal fala traz, de início, a questão que, no limite, não tem resposta: afinal, quem foi Clodovil? E, para análise deste trabalho, como ele quis enunciar-se na tribuna? Quais as estratégias discursivas empregadas por ele? De que modo o ambiente legislativo afeta o que foi enunciado?

Ser assumidamente membro da comunidade LGBTQIA+<sup>17</sup> e ser eleito para um cargo no legislativo brasileiro é algo relativamente novo na História do Brasil. No livro *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade* (2018), João Silvério Trevisan cita as duas primeiras candidaturas LGBTQIA+ que venceram as eleições para o cargo de vereador. Kátia Tapeti, por exemplo, tornou-se a primeira vereadora assumidamente transexual do Brasil em 1993 no município de Colônia (PI). No mesmo ano, o vereador Renildo dos Santos (Coqueiro Seco/AL) também foi eleito para o cargo, mas perdeu o mandato por quebra de decoro após ter assumido-se bissexual na rádio local.

Atualmente, o Congresso Nacional também conta com poucos representantes da comunidade entre os membros do Parlamento. Dos 513 deputados federais da atual legislatura, apenas dois assumem-se publicamente como pessoas LGBTQIA+<sup>18</sup>. No

---

<sup>16</sup> Legitimar-se na carreira política por relações externas à ela é uma das características do discurso político (PINTO, 1995). Ainda assim, trago aqui essa fala de Clodovil na medida em que ele reitera uma posição de *outsider* no Congresso continuamente, conforme exporei no próximo capítulo.

<sup>17</sup> Utilizarei aqui LGBTQIA+ como referência à comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Transgeneros, Interssexuais e Assexuais. Sinalizo, ainda, o símbolo “+” ao final da sigla para dar conta de outras possibilidades de viver as sexualidades e identidades de gênero que não estejam de acordo com a matriz heterossexual, como o das pessoas queer e/ou de pessoas não binárias.

<sup>18</sup> Refiro-me à David Miranda (PSOL/RJ) e Vivi Reis (PSOL/PA).

Senado Federal, apenas um dos parlamentares eleitos assume-se como LGBTQIA+<sup>19</sup>. O livro de Trevisan, mesmo tendo como objetivo lançar um olhar panorâmico acerca da homossexualidade no Brasil, **não cita** Clodovil Hernandes, o primeiro homossexual assumido a alcançar o cargo de deputado federal do país, em relação à sua atuação na política institucional. Buscando bibliografia sobre a relação entre pessoas LGBTQIA+ e política e sobre a vida do próprio Clodovil, percebi que há um certo silenciamento ou um julgamento em relação a ele – seja por suas atitudes por vezes contrárias à pauta da comunidade, seja por suas posturas polêmicas, seja ainda pela forma como ele performava sua masculinidade no Congresso.

Neste subcapítulo, pretendo apresentar as questões principais da bibliografia encontrada sobre a vida e a carreira de Clodovil. Em sua maioria, elas não focam no próprio estilista, apresentador e político. No geral, os artigos e obras o citam como alvo da censura do período da ditadura civil-militar, ou então localizam-no em um movimento de moda ou de comunicação mais amplos.

Os trabalhos que lidam com sua breve atuação na política institucional, de modo geral, relacionam-no a outras candidaturas, como a de Jean Wyllys ou a de Tiririca. Cleyton Pereira (2017), por exemplo, entende que a candidatura de Clodovil não deve ser lida como inserida no movimento LGBTQIA+, visto que ela seria exemplo de identidades que “mesmo rompendo com a heterossexualidade dominante, não significam a politização explícita da sexualidade e do corpo” (PEREIRA, 2017, p. 125). Em contraponto a Clodovil, o autor coloca Jean Wyllys, na medida em que o último representaria um movimento:

[...] composto por pessoas que construíram suas identidades a partir de suas trajetórias individuais (DAGNINO et al, 2006) no âmbito do ativismo e organizam sua vida partidária em torno das lutas pela promoção da equidade de gênero e do reconhecimento da diversidade sexual (PEREIRA, 2017, p. 124).

Apesar de concordar com a distinção feita entre pessoas LGBTQIA+ com candidaturas particulares e pessoas LGBTQIA+ com candidaturas inspiradas em um movimento coletivo, creio que o caso de Clodovil pode ser analisado de forma diversa. Sendo que ele foi duramente criticado ou estranhado por vários colegas (MINUANO, 2019) por conta da forma como se expressava no Congresso, poderíamos dizer que isso

---

<sup>19</sup> Refiro-me à Fabiano Contarato (REDE/ES)

ocorreu apenas pela sua postura ácida e pelos seus deboches? Será que um corpo como o de Clodovil, que performava uma masculinidade considerada desviante em um ambiente marcado por performances ligadas à matriz heterossexual<sup>20</sup>, pode não ser considerado como politizado? Estar ali, performar-se dessa forma e relatar a si mesmo dessa maneira não seria, em si, um ato político? Sobretudo se realizado em pleno Congresso Nacional?

A presença corporal de Clodovil, que desde a campanha fazia piadas e emitia frases de duplo sentido relacionadas a sua sexualidade e a sua forma de performar gênero, poderia ser considerada disruptiva no ambiente do Congresso Nacional, cuja presença marcada é de homens, brancos, cisgêneros e heterossexuais. Butler, no entanto, também refere-se ao discurso regulatório que poderia agir sobre esse corpo. De que modo poderíamos entendê-lo?

Em uma análise de 2007 (muito próxima, portanto, à eleição do congressista), Karen Kohn e Caroline Casali (2007) afirmam que a imagem de Clodovil e a de Tiririca (ambos eleitos naquela legislatura) foram promovidas na mídia como representações do grotesco na política brasileira. Em relação ao primeiro, dizem que:

Pré-estabelecido como apresentador extravagante, homossexual e “língua solta”, quando no âmbito político, Clodovil passou a ser apresentado pela mídia como símbolo do grotesco na política. Há que se considerar que o próprio Deputado contribui para a construção dessa imagem grotesca, através de declarações polêmicas e ausência de proposições de caráter político. Contudo, a mídia brasileira tem trabalhado assiduamente na legitimação de Clodovil como um Deputado pouco preocupado com o destino do país (KOHN, CASALI, 2007, p. 3).

Questiono, então: sua corporiedade marcada pela extravagância e pela homossexualidade influencia na sua representação midiática como “grotesco”? E, nesse sentido, por que a corporiedade do primeiro homossexual brasileiro a eleger-se deputado federal é taxado como o *grotesco* na política?

Apesar do tom de deboche que ele atribuía à política (KOHN, CASALI, 2007), Nahuel Ribke (2012) propõe que entendamos sua candidatura – e o sucesso em alcançar o Congresso – não como uma expressão da despolitização das massas brasileiras, mas sim de sua aproximação dos personagens descritos (Clodovil e Tiririca). Afinal, Clodovil fez 500 mil votos no estado de São Paulo. Como entender, portanto, tal votação tão expressiva? De acordo com o autor, além da projeção midiática, ambos os sujeitos teceram

---

<sup>20</sup> BUTLER, 2017.

ferrenhas críticas à política brasileira em suas campanhas (mesmo que de forma rasa). Será que suas eleições seriam, então, representações do *grotesco* ou de uma expressão popular da forma de pensar a política brasileira? Quer dizer, o resultado eleitoral dos candidatos não poderia ser lido com um sentimento de revolta em relação à política institucional que ambos os deputados enunciavam?

De qualquer forma, o mandato político de Clodovil Hernandez é marcado por duas grandes características no material bibliográfico levantado sobre ele: ora não mencionado ou desconsiderado em publicações sobre política LGBTQIA+, como no livro de Trevisan (2018) citado acima, ora retratado como expressão da política do pão e circo e do grotesco. Neste trabalho, eu gostaria de ir além da leitura de Clodovil como *grotesco* na política, e pensá-lo como produto de condições, potências e contradições que o atravessaram.

De modo a realizar a análise, cujo desenvolvimento ocorrerá no próximo capítulo, este subcapítulo apresentou os resultados de uma revisão bibliográfica sobre o objeto de estudo. No próximo subcapítulo, apresentarei resultados quantitativos de sua atuação no Congresso Nacional. Com isso, não objetivo exaltar seu trabalho, assim como não desejo repudiá-lo. Parece-me mais necessário e potente ir além do rótulo simplista e compreender suas ações legislativas em meio à complexidade de relações nas quais elas se desenvolveram.

### **3.2. Para além do grotesco: o Deputado Clodovil Hernandez**

Clodovil Hernandez, atuou como deputado federal desde o ano de sua posse, em 2007, até sua morte, em 2009. Nesse período, o ex-estilista participou ativamente das primeiras sessões da Câmara na qual sua legislatura estava inclusa, mas logo teve de afastar-se por questões médicas.

No período entre 2007 e 2008, após ter concluído um tratamento oncológico, o deputado enfrentou problemas decorrentes de princípio de infarto, derrame cerebral, cirurgia na próstata e embolia pulmonar. Finalmente, ele faleceu no início de 2009, sem ter concluído seu mandato político.

Por conta desse percurso tumultuado, suas aparições em comissões e no plenário não são tão expressivas como a de outros colegas de legislatura. Além disso, Clodovil tinha maior tempo de fala no plenário geral no início de seu mandato por conta de seu primeiro partido, PTC. Após a troca de partido para o PR, suas aparições diminuíram.

Para este trabalho, decidi analisar apenas suas falas no plenário e as falas em comissões quando elas são citadas no plenário. Conforme expliquei no capítulo anterior, essa escolha foi feita por conta da extensão deste trabalho, cuja duração é de apenas um semestre. Ainda assim, realizei um levantamento de suas atividades legislativas, que estão descritas no quadro abaixo.

Quadro 1: Ações Legislativas do Deputado Clodovil Hernandes (2007-2009)

Nº	Ação Legislativa	Temática	Ano
1	Apresentação de Substitutivo ao PL nº 4.097/2004	Dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos.	2009
2	Parecer do PL nº 1.120/2003	Dispõe sobre a residência odontológica obrigatória para o exercício profissional.	2009
3	Projeto de Decreto Legislativo nº 1.349/2008	Convoca plebiscito sobre a redução do número de deputados federais.	2008
4	Parecer de Relator sobre a mensagem nº 815/2008	Firmar acordo com o governo da Letônia na área da cultura.	2008
5	Parecer de Relator sobre os PLs nº 1.497/2007 e 4.097/2004	Dispõem sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos.	2008
6	Projeto de Lei nº 4.220/2008	Dispõe sobre restrições à exibição de imagens e notícias violentas pelas emissoras de televisão durante os horários das refeições.	2008
7	Parecer de Relator sobre o PL 4.036/2004	Cria a Semana Nacional da Amamentação	2008
8	Projeto de Emenda à Constituição nº 208/2008	Limita o número de deputados federais a 250.	2008
9	Parecer de Relator sobre a Mensagem nº 31/2008	Acordo entre o governo brasileiro e do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa	2008

10	Proposta de Emenda à Constituição nº 279/2008	Limita o número de deputados federais a 250.	2008
11	Parecer de Relator sobre os PLs nº 1.505/2007 e 1.497/2007	Dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos.	2007
12	Parecer de Relator sobre a Mensagem nº 125/2008	Acordo entre o governo brasileiro e do Panamá no tocante ao Acordo sobre Serviços Aéreos.	2008
13	Voto em Separado do PL nº 2.776/2008	Obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia em unidades de terapia intensivas.	2008
14	Requerimento de Constituição de Comissão Externa	Missão autorizada para obter informações acerca da tecnologia empregada pelo Porto de Barcelona.	2008
15	Projeto de Lei nº 3.268/2008	Crimes de homicídio e de lesão corporal praticados na direção de veículo automotor quando em caso de estado alcoolizado.	2008
16	Requerimento nº 141/2007	Pedido de Audiência Pública para debater sobre a utilização da multimistura na merenda escolar em em outros programas de combate à fome e à desnutrição.	2007
17	Requerimento nº 140/2007	Pedido de Audiência Pública sobre pigmentação de pele.	2007
18	Projeto de Lei nº 2.374/2007	Tornar obrigatório o exame de próstata para os trabalhadores do sexo masculino com idade a partir de quarenta anos.	2007
19	Parecer de Relator ao PL 777/2007	Cria Programa de Fornecimento de Leite às famílias carentes e de baixa renda e dá outras providências.	2007
20	Projeto de Resolução de Alteração do Regimento nº 96/2007	Altera os arts. 46, 66 e 67 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	2007
21	Projeto de Lei nº 2.310/2007	Substitui o ramo de fumo pela cana-de-açúcar na representação das Armas Nacionais.	2007



22	Complementação de Voto pela aprovação do PL 777/2007	Cria Programa de Fornecimento de Leite às famílias carentes e de baixa renda e dá outras providências.	2007
23	Substitutivo ao PL 2.607/2003	Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 126 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e dá outras providências.	2007
24	Parecer de Relator ao PL 2.607/2003	Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 126 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e dá outras providências.	2007
25	Parecer de Relator ao PL 777/2007	Cria Programa de Fornecimento de Leite às famílias carentes e de baixa renda e dá outras providências.	2007
26	Projeto de Lei nº 1.875/2007	Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.	2007
27	Requerimento nº 86/2007	Dispõe sobre a residência odontológica obrigatória para o exercício profissional.	2007
28	Requerimento nº 82/007	Dispõe sobre a residência odontológica obrigatória para o exercício profissional.	2007
29	Projeto de Lei nº 991/2007	Institui o dia da mãe adotiva	2007
30	Projeto de Lei nº 989/2007	Isenta do pagamento de pedágio em via do sistema rodoviário federal os veículos automotores especialmente destinados à condução coletiva de escolares.	2007
31	Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia nº 905/2007	Inclusão na ordem do dia do Projeto de Lei Complementar n.º 1, de 2003.	2007
32	Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia nº 904/2007	Inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 54/99.	2007

33	Parecer de Relator sobre o PL nº 291/2007	Dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Espiritismo	2007
34	Parecer de Relator sobre o PL nº 235/2007	Modifica a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, inserindo a temática dos direitos da mulher na educação básica.	2007
35	Requerimento de Informação nº 315/2007	Sobre a incorporação da radioterapia conformacional no Sistema Único de Saúde (SUS) para o tratamento do câncer de próstata	2007
36	Substitutivo ao PL nº 175/2007	Altera a Lei n.º 8.080, de 1990, a fim de inserir capítulo sobre "Atenção à Saúde dos Dependentes de Drogas.	2007
37	Inclusão na Ordem do Dia nº 848/2007	Requer a inclusão na pauta de votações do Plenário da PEC 457/2005, que altera o art. 40 da Constituição Federal.	2007
38	Parecer de Relator do PL nº 175/2007	Altera a Lei n.º 8.080, de 1990, a fim de inserir capítulo sobre "Atenção à Saúde dos Dependentes de Drogas.	2007
39	Voto em Separado do PL nº 5.888/2005	Autoriza a criação da Universidade Federal Rural de Rondônia.	2007
40	Projeto de Lei nº 821/2007	Modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, assegurando direitos morais aos dubladores de obras audiovisuais.	2007
41	Projeto de Lei nº 820/2007	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, propondo alteração no tempo de internação de menores infratores.	2007
42	Voto em Separado do PL nº 130/2007	Institui o dia 8 de maio como o "Dia Nacional do Turismo".	2007
43	Parecer de Relator pelo Requerimento nº 01/2007	Requerimento de Informação ao Sr. Ministro da Saúde e ao Diretor-Presidente da ANVISA e que seja dada ciência ao denunciante da providência adotada.	2007

44	Parecer de Relator do PL nº 7.103/2006	Institui o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil e dá outras providências.	2007
45	Projeto de Lei nº 580/2007	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para dispor sobre o contrato civil de união homoafetiva.	2007
46	Projeto de Lei nº 255/2007	Proíbe a fabricação e comercialização de produtos de qualquer natureza, destinados ao público infantil, reproduzindo a forma de cigarro e similares	2007
47	Projeto de Lei nº 254/2007	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.	2007
48	Projeto de Lei nº 218/2007	Condiciona a concessão de reajustes nas tarifas ou preços praticados pelas empresas prestadoras dos serviços públicos que especifica à prévia realização de audiência pública.	2007
49	Projeto de Lei nº 217/2007	Dispõe sobre a garantia de imediato atendimento médico, psicológico e social às vítimas de violência sexual.	2007
50	Indicação nº 59/2007	Sugere ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, a inclusão das Pessoas com Deficiências nos Programas de Imunização.	2007
51	Projeto de Lei nº 207/2007	Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, obrigando o estabelecimento de ensino a divulgar a lista de material escolar quarenta e cinco dias antes da data final para matrícula.	2007
52	Projeto de Lei nº 206/2007	Autoriza o enteado a adotar o nome de família do padrasto.	2007

Fonte: Site da Câmara dos Deputados

Muitas das ações listadas acima, como os pareceres de projetos de lei e requerimentos legislativos, estão relacionadas à participação do deputado nas comissões da Câmara, às quais seu partido tinha direito na distribuição de cadeiras entre os partidos.

Nesse sentido, Clodovil participou das Comissões de Educação (CE) e Seguridade Social e Família (CSSF) enquanto estava no Partido Trabalhista Cristão (PTC). Ao ingressar no Partido da República (PR), ele também passou a integrar a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). O deputado participou ainda, mesmo sem compor as cadeiras, de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM).

Sua participação na Câmara, conforme argumentei anteriormente e fica evidente ao se observar o quadro acima, é muito mais expressiva no ano de 2007, na medida em que o deputado teve de ausentar-se por questões de saúde no período seguinte até a sua morte. Neste curto período, Clodovil também propôs um número considerável de dezesseis (16) projetos de lei – tendo alguns deles alcançado a aprovação.

Muitos desses projetos de lei estão relacionados com a própria vivência do deputado. O PL nº 206/2007, apelidado de “Lei Clodovil”, é um desses exemplos. Nele, o ex-estilista, que foi adotado quando criança, objetivava que o enteado pudesse adotar o nome da família do padastro. Tal proposição foi aceita pela Câmara em 2009, e tornou-se lei ordinária após sua morte. De mesma temática foi o PL nº 991/2007, que buscava instituir o dia da mãe adotiva, o qual foi arquivado pelos deputados.

Há também o Projeto de Lei nº 2.374/2007, que buscava tornar o exame de próstata obrigatório para trabalhadores do sexo masculino a partir de quarenta anos. Tal proposição está relacionada à condição de saúde do próprio Clodovil, que foi diagnosticado com câncer na região. Outros projetos têm relação com sua atuação na área da cultura. O Projeto de Lei nº 254/2007, buscava instituir o seguro obrigatório de responsabilidade civil dos promotores de eventos recreativos, artísticos ou culturais por danos ao público. Outro exemplo é o PL nº 821/2007, transformado em lei ordinária em 2009, garantindo ao dublador de obra audiovisual menção nominal nos créditos da obra.

Há também muitas ações legislativas que têm como temática a questão infantil, educacional e familiar, somadas à presença de Clodovil à Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). O Projeto de Lei nº 207/2007, por exemplo, visava obrigar os

estabelecimentos de ensino a divulgar a lista de material escolar com quarenta e cinco dias de antecedência. Da mesma forma, o PL nº 255/2007, aprovado e transformado em lei ordinária em 2013, proíbe a fabricação e comercialização de produtos em formato de cigarros e similares para o público infantil. No mesmo sentido, o Projeto de Lei nº 989/2007 buscava isentar o transporte escolar do pagamento de pedágio para melhor atender o público.

Com a mesma preocupação pela temática, o deputado também propôs o PL nº 4.220/2008, apensado ao PL 2.612/2007, que busca restringir a exibição de imagens violentas pelas emissoras de televisão em horários de refeição. Outro exemplo é o Projeto de Lei nº 820/2007, que visava alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e estabelecer liberação compulsória de internação aos 26 (vinte e seis) anos de idade, estendendo o período de internação a no máximo 8 (oito) anos.

No que diz respeito à família, cabe salientar a proposição do Projeto de Lei nº 580/2007, que busca alterar o Código de Civil e conceder às uniões homoafetivas os mesmos direitos patrimoniais que as uniões heteroafetivas possuem. Tal projeto ainda tramita na Câmara de Deputados, e aguarda novo parecer na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

Outros projetos do deputado tinham como objetivo: condicionar reajustes de tarifas à audiências públicas (PL 218/2007), garantir atendimento médico imediato às vítimas de violência sexual (PL 217/2007), caracterizar como descontinuidade do serviço a interrupção que colocar em risco à saúde e à dignidade humana (PL 1.875/2007), substituir o ramo de fumo pelo de cana-de-açúcar na bandeira das Armas Nacionais (PL 2.310/2007), e estabelecer como crimes de homicídio aqueles em que houve envolvimento de automóveis dirigidos por condutores alcoolizados (PL 3.268/2008).

A partir da produção elencada, pode-se perceber que Clodovil atuou no legislativo em relação a muitos de seus pertencimentos identitários e de suas vivências. Nesse sentido, preocupou-se com a questão das crianças adotadas – e das crianças no geral, na medida em que propôs projetos nesse sentido; dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura; daqueles e daquelas com problemas de saúde advindos do câncer de próstata; e, enfim, da situação jurídica de casais homoafetivos.

Com esse capítulo, busquei complexificar a leitura acerca do mandato de Clodovil Hernandes. Apontei, anteriormente, que as menções a ele bibliografia são ora nulas, ora vistas como caricatura. Realizei, portanto, um levantamento quantitativo de sua ação na Câmara dos Deputados de modo a perceber sua atuação legislativa para além da categoria do “grotesco” na política. Feita essa consideração, procedo às análises de suas falas no plenário da Câmara, objetivo central deste trabalho de conclusão de curso.

#### 4. “Quero estar aqui com honra, e é o que vou fazer de qualquer maneira”: o relato de si mesmo de Clodovil na Câmara de Deputados

A frase que inicia este capítulo foi pronunciada pelo então Deputado Clodovil Hernandez em sua última fala na Câmara dos Deputados, no dia 04 de outubro de 2008. Nos seus últimos pronunciamentos, o apresentador preocupou-se muito com a diminuição do número de deputados na Câmara, tentando aprovar sua Proposta de Emenda à Constituição que reduziria a cifra para 250 vagas (atualmente, são 513).

Como argumentei no capítulo anterior, essa é apenas uma de suas demandas e iniciativas na Câmara. Além delas, o deputado propôs projetos e exigiu esclarecimentos na área da educação, da cultura e da família. Neste capítulo, no entanto, pretendo analisar as suas falas no plenário geral, buscando compreender como Clodovil relata a si mesmo (BUTLER, 2019) nesse espaço.

Assim como sua postura era considerada polêmica e contraditória, suas falas também o foram. O deputado utilizou, por exemplo, muito de seu tempo na tribuna para elogiar as mulheres e defender os seus direitos. Ao mesmo tempo, envolveu-se em diversas polêmicas com deputadas da Bancada Feminina<sup>21</sup> – algumas, inclusive, *durante* seus pronunciamentos na tribuna. Da mesma forma, o deputado havia proposto um projeto de lei que reconhecia juridicamente a união homoafetiva. Ainda assim, mais de uma vez referiu-se ao núcleo familiar como aquele composto por um homem e uma mulher cisgêneros – “com a benção de Deus”.

Trago estes dois exemplos para ilustrar que a análise do relato que Clodovil faz de si mesmo é repleta de contradições, tensões e disputas. Ao operar com uma perspectiva pós-estruturalista, produzi o material empírico para esta ação e reconheço que minha visão em relação a ele é parcial e igualmente repleta de tensões e contradições (MEYER, 2012). Tal posição não limita, no entanto, o exercício analítico. Pelo contrário, esse posicionamento teórico permite pluralizar os significados durante a análise da documentação.

---

<sup>21</sup> O deputado com frequência dizia que *algumas* mulheres mereciam respeito, o que causou uma série de debates e discussões na Câmara. Em um dado momento, como será citado a seguir, Clodovil insinuou que uma das deputadas era prostituta.

Nesse sentido, dividi, como já anunciei anteriormente, as enunciações de Clodovil em dois principais eixos de análise em relação ao seu relato de si mesmo na Câmara de Deputados: em um primeiro momento, a construção de um sujeito *outsider* da política; em um segundo momento, a construção de uma feminilidade idealizada. Acrescento, ademais, que esses dois eixos são atravessados por um terceiro, no qual o deputado utiliza a moral e sua relação com Deus para dar legitimidade à sua posição no plenário. Este capítulo, então, seguirá a divisão nos eixos citados.

#### 4.1. Clodovil, o *outsider* da política.

No segundo capítulo deste trabalho, transcrevi uma das falas de Clodovil no plenário na qual ele busca criar uma imagem de si mesmo enquanto um *outsider* da política; ou seja, um sujeito que não viveu, vive ou tem a intenção de viver de sua atuação na política institucional. Outro exemplo destes é a sua fala inicial na Câmara dos Deputados, no qual afirmou:

Se dissesse que estar aqui é a realização de um sonho, estaria faltando com a verdade. **Em nenhum momento desejei ser Deputado** — muito menos Deputado Federal —, representante do povo brasileiro em uma das mais importantes instituições do País. Creio que V. Exas. nunca imaginaram ter-me como companheiro de trabalho neste plenário (BRASIL, 2007a, p.103 – grifos meus).

Ora, cabe questionar: não se tratando de um sujeito que teve interesse especial por política em sua vida, o que Clodovil fazia na Câmara? Nas diversas enunciações que ele faz de si mesmo, o deputado recorre a narrativas sobre si que buscam legitimar a sua posição no plenário não por sua atuação política, mas por outros motivos. Duas estratégias muito empregadas neste contexto são recorrer ao seu número expressivo de votos e à sua carreira como apresentador de televisão e estilista. Em sua fala do dia 07 de março de 2007, por exemplo, Clodovil diz:

Não tenho inibição de falar ao microfone, e vou dizer algumas coisas que gostaria que todos aprendessem, **como aprendi no trabalho em televisão. Cheguei aqui como um alienígena**, um estranho, mas não vou deixar passar em branco meu mandato de jeito algum. **Estou vivendo do dinheiro do povo**, a serviço do povo, e para ele vou trabalhar loucamente (BRASIL, 2007b, p. 85 – grifos meus).

Conforme já salientei anteriormente, a forma como o então deputado se portava e performava gênero em um ambiente marcado por uma fortíssima normal da matriz



heterossexual exigia uma série de trocas e adaptações para legitimar suas ações e falas. Ao negar seu pertencimento à política institucional, Clodovil também perde parte da legitimidade deste discurso para sustentar suas enunciações. Ele recorre, portanto, ao seu trabalho e ao seu eleitorado para encontrar tal sustentação – mas não se trata de qualquer trabalho e nem de qualquer eleitorado.

Conforme pontua Judith Butler (2018), é preciso questionar quem fala “pelo povo”. Afinal, se fala por qual povo? Quem está inserido neste conjunto? E quem está excluído? Vejamos um exemplo: no dia 08 de outubro de 2007, Clodovil relata:

Tive 500 mil votos espontâneos no Estado de São Paulo. E digo espontâneos porque nem fiz campanha política. **A minha campanha eu fiz na televisão, com um trabalho sério, dedicado às famílias.** Sou a favor de que a família ande direito, porque ela é o microssistema, e a soma das famílias é que forma o macrossistema (BRASIL, 2007c, p. 39).

Nesse excerto, fica evidente a constante alusão aos seus votos e a sua carreira na área das telecomunicações. E, de acordo com o relato que Clodovil faz de si próprio, foi este o trabalho que lhe trouxe os votos. Ele não recebeu, portanto, os votos de todo o povo, e sim de um recorte específico: as famílias que lhe assistiam. E qual será essa configuração familiar?

A partir da análise das enunciações do deputado, não é possível saber qual porção da população o elegeu – e tampouco é esse o objetivo deste trabalho. Ainda assim, a partir da forma como ele relata sua chegada ao Congresso, pode-se aferir em qual “povo” – e em qual “família” - ele apoiava-se retoricamente para ocupar aquele espaço no plenário. Próximo do período em que envolveu-se em tensões com a Bancada Feminina da Câmara por sugerir que algumas mulheres merecem mais respeito que outras, Clodovil afirmou:

Os meus votos são das **mães de família, das pessoas que acreditam na televisão limpa que eu sempre fiz.** Agora, é evidente, agradar a todos é impossível. Se Jesus não agradou, por que eu, um pobre mortal, agradaria a todos?

Pois bem, eu disse isso para defender as mulheres. Não me digam que uma moça que vai fazer filme pornô pode servir de referência na televisão (BRASIL, 2007d, p. 172 – grifos meus).

Clodovil Hernandez dizia, portanto, ter sido eleito pelas “mães de família”, as quais ele associava a ideia de respeito e, conforme mostrarei no próximo subcapítulo, de moral. De acordo com a forma como ele relatava a si mesmo, ele havia sido eleito para defender essas mesmas “mães de família” e a família e a moralidade defendidas por elas.

Nesse mesmo sentido, o deputado utilizava-se com frequência da figura de Deus (não católico, como ele diz, mas sim de um Deus transcendental) para legitimar suas falas e atitudes. Sobre o decoro parlamentar, por exemplo, Clodovil afirma:

Não tenho medo nenhum. Absolutamente! Só tenho preocupação com o tal “decoro parlamentar”. Mas não sou uma pessoa que tenha medo. Ninguém me mete medo. **Não tenho medo de Deus. Se o amo, por que temê-lo? E quero amá-los da mesma maneira que amo a Deus, porque representamos um Poder diante de pessoas humildes**, que apanham a vida inteira, porque não são ninguém. E quem somos nós? Ninguém, também (BRASIL, 2007a, p. 108-109 – grifos meus).

Neste mesmo sentido, ele diz:

Quando cheguei aqui pela primeira vez fui recebido por um grande homem, uma pessoa por quem tenho muito respeito e um carinho muito grande, porque cheguei com muito receio. Medo eu não tenho, porque se tivesse medo eu não acreditaria em Deus. O medo é a antítese de Deus; conseqüentemente, ele representa o demônio (BRASIL, 2007e, p. 65).

Sugiro, então, que para manter sua figura de *outsider* da política, Clodovil apoie-se na porção do povo que ele diz representar – “as mães de família que lhe assistiam – e na figura do Divino ligado à moralidade cristã (as contradições disso com a sua homossexualidade serão debatidas no próximo subcapítulo). Além disso, o deputado utiliza seu sucesso em trabalhos anteriores no seu relato de si próprio com a mesma finalidade.

As diferentes narrativas empregadas pelo deputado para construir sua imagem política estão de acordo com a proposição de Nahuel Ribke, que diz que “[...] su desempeño en Brasilia fue abordado como una continuación directa de su personaje en el mundo televisivo” (RIBKE, 2012, p. 103). Clodovil não foi, no entanto, um ponto fora da curva da tendência política por ter sido eleito negando e ironizando a própria política institucional. Suas enunciações na mídia tiveram tamanhos ecos na população em geral que ele recebeu meio milhão de votos, na medida em que “[...] una parte importante de la población se siente representada por ellas [figuras midiáticas] más allá del programa ideológico que al que adhieran” (RIBKE, 2012, 104).

Compreender, portanto, que Clodovil encontrava legitimidade para colocar-se enquanto um *outsider* da política institucional não significa desprezar suas próprias pretensões políticas. Pelo contrário, suas enunciações eram pensadas desse modo pois já existia um contexto discursivo no qual desvalorizar *certa forma* de fazer política significava tornar-se mais forte dentro dela. Conforme Ribke propõe, “se puede

considerar el ingreso de estas figuras mediáticas a la vida política como una forma de aproximación de parte del electorado a la política y no como un rechazo a la misma” (2012, p. 104).

Ao enunciar-se enquanto um *outsider*, portanto, Clodovil aproximava-se de um suposto “povo” (que, conforme argumentei acima, é uma visão limitada do conceito) ao passo em que alinhava-se a um conjunto de discursos sobre uma diferente forma de fazer política. Uma fala muito popular sobre o Congresso, por exemplo, é que há muitos congressistas, e que tal número custa muito dinheiro. Clodovil, nesse sentido, tomou como bandeira pessoal a diminuição de deputados federais de 513 para 250.

Outra fala muito comum sobre as sessões plenárias é que os legisladores não se escutam – essa enunciada por Clodovil na sua primeira fala no plenário, em 06 de fevereiro de 2007. Nesse dia, ele afirmou “não entendo por que há tanto barulho enquanto um orador está falando. Nem na televisão, que é popular, fazem isso.” (BRASIL, 2007a, p. 106). Em seguida, a Câmara de Deputados ficou em silêncio absoluto – e o apresentador foi aplaudido no final de sua fala.

Há, finalmente, uma última tática empregada no relato que Clodovil faz de si mesmo para colocar-se em tal lugar de *outsider* da política tradicional. Além das críticas à política tradicional, o deputado oscila entre referir a si próprio como parte dos deputados (chegando a utilizar a primeira pessoa do plural) e entre separar-se do grupo quando lhe convém. Transcrevo um excerto abaixo, enunciado no dia 09 de julho de 2008:

Esta já foi para mim, um leigo, uma Casa de alto respeito. Quando ouviam falar em Câmara Federal, as pessoas ficavam animadas, entusiasmadas, enfim, todos esses sentimentos que os brasileiros têm em relação à política. Hoje em dia, porém, depois de tantos escândalos — e não fomos nós que os fizemos —, as coisas são diferentes, e é preciso pôr ordem nisso. Para que haja essa autoridade que o Deputado Fernando Gabeira propõe para o Rio de Janeiro, as coisas devem se estabelecer de cima para baixo. Respeito é bom e todo mundo gosta. Se as coisas de cima estão mal faladas, as de baixo também o serão (BRASIL, 2008a, p. 262-263).

Em alguns momentos de sua fala, portanto, ele aproxima-se do grupo dos deputados e integra este grupo. Em outros, ao contrário, ele distancia-se estrategicamente.

Neste subcapítulo, em suma, busquei sintetizar um eixo do relato de si do deputado Clodovil Hernandes, no qual ele coloca-se como *outsider* da política institucional. Ao fazê-lo, ele busca legitimidade para ocupar o espaço no plenário e para sustentar suas enunciações por meio de algumas estratégias discursivas. Nesse sentido,

ele ora enaltece seus trabalhos anteriores, ora refere-se ao “povo” e as “mães de família” que o elegeram, ora recorre à figura de Deus, e ora, ainda, distancia-se das figuras da política tradicional. No próximo subcapítulo, argumentarei que Clodovil também constrói visões essencialistas sobre masculinidades e feminilidades para sustentar suas opiniões políticas ditas no plenário.

#### **4.2. Clodovil, o servo de certas feminilidades.**

Enquanto um corpo cuja performance podia ser considerada “dissidente” do espaço que ocupava, Clodovil constantemente borrava e brincava com o que era considerado masculino e com o que era considerado feminino na Câmara dos Deputados. Aqui, não me refiro *apenas* às suas falas, mas também a forma como seu corpo se materializava e se expressava. Na época de sua legislatura, a forma como ele se vestia, por exemplo, era motivo de debates, conversas e notícias. Até hoje, tal questão é lembrada: em Foz de Iguaçu, o vereador Paulo Rocha (PSB) valeu-se do exemplo de Clodovil para criticar os colegas da Câmara por meio da forma como se vestia em 2013<sup>22</sup>.

Ocorre que a postura e as falas de Clodovil são, conforme falei no início deste capítulo, repletas de contradições e tensões. Ao mesmo tempo em que ele propôs um projeto de lei que concedia às uniões homoafetivas um caráter jurídico, afirmou não ter orgulho algum de ser gay no lançamento da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual. Da mesma forma, ele dizia-se um grande defensor das mulheres e de seus direitos, mas deixou claro em plenário que algumas mulheres não mereciam respeito – e, quando questionado, chegou a afirmar a uma colega deputada que ela trabalhava deitada e descansava em pé.

Como compreender, então, essas contradições? Como o relato de si mesmo de Clodovil auxilia a entender tal postura dele frente à Câmara de Deputados? Parece-me que, por meio de suas enunciações, pode-se dizer que Clodovil construía uma imagem idealizada sobre “a mulher”, e colocava-se em constante contato com ela. Nessa manobra discursiva, ele aproxima-se mais da figura feminina, e distancia-se de uma visão

---

<sup>22</sup> Notícia disponível em: <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/09/inspirado-em-clodovil-vereador-vai-camara-de-rosa-e-montado-em-cavalo.html> . Acesso em: 03 nov. 2021.

essencialista de masculinidade. Tal manobra é feita, ademais, novamente a partir da sustentação do Divino.

Em seu pronunciamento relacionado ao Dia da Mulher, por exemplo, Clodovil diz que:

Deus, o provedor do universo, foi exatamente quem me ensinou que o dia de hoje é importante não por ser uma data comemorativa, **mas porque a mulher é a preferida de Deus**. Ela representa a beleza, é aquela que **perpetua a espécie** e, além disso, tem 2 órgãos sagrados, **a vagina e o útero**.

O homem não tem nenhum. O mistério da gravidez me comove muito. Não posso deixar de notar uma senhora grávida, porque esse mistério pertence à mulher, só ela sabe o que acontece naqueles 9 meses. Ao mesmo tempo, curiosamente, **as mulheres criam esses monstros de homens em casa** (BRASIL, 2007b, p. 85-86).

Clodovil, em seu relato sobre si e sobre sua posição na Câmara, com frequência enunciou palavras similares às aquelas acima. Nelas, criam-se figuras essencializadas sobre feminilidades e masculinidades – que, na lógica dele, poderiam ser resumidas “a mulher” e “ao homem”.

O lugar destinado à mulher é, portanto, o da maternidade. Tal lugar foi destinado à ela por Deus, e as características que envolvem tal posição devem ser exaltadas. A partir de trabalhos de historiadoras feministas como Elisabeth Badinter (1995), sabe-se que as características da “mãe” são socialmente construídas e essencializadas no que uma mulher deveria ser. Tais características se tornem, conforme defende Dagmar Meyer (2015), politizadas no âmbito das políticas públicas a ponto de cristalizar esta visão. Essa perspectiva da maternidade é tão forte nas enunciações do deputado que, em 08 de maio de 2007, ele usa o plenário da Câmara para elogiar as qualidades de Maria Antonieta, representante da monarquia francesa. Entre elas, está “seu amor maternal” (BRASIL, 2007g, p. 113).

Clodovil, no entanto, relata-se como um grande aliado da luta das mulheres. Em falas na tribuna, ele cita conquistas do movimento feminista, tal como a eleição de Carlota Queirós em 1933 e os acordos assinados pelo Brasil no sentido da igualdade entre os sexos<sup>23</sup>. O parlamentar, nesse sentido, ressalta que:

Na década de 1980, enquanto na sociedade difundia-se o lema quem ama não mata, tive o privilégio de ser um dos apresentadores do emblemático programa

---

<sup>23</sup> Refiro-me a “sexo” e não a “gênero” na medida em que nem todos os acordos transnacionais na época utilizavam a segunda expressão.

TV Mulher, que não se restringia aos problemas domésticos, mas era uma tribuna em defesa dos direitos da mulher e um fórum de debates sobre os problemas a ela relacionados.

Naquela década, a violência contra a mulher começou a ser coibida efetivamente no Brasil, surgiram os primeiros conselhos estaduais da condição feminina, a saúde da mulher passou a ser questão de saúde pública, criaram-se as delegacias de atendimento à mulher, e o lobby do batom conseguiu cravar no texto constitucional direitos elementares há séculos perseguidos (BRASIL, 2007f, p. 82).

Ocorre, no entanto, que tal aproximação de um feminino essencializado também faz recair sobre tal feminilidade a culpa pelo que o deputado chama de crise moral. Já no primeiro excerto citado neste subcapítulo, Clodovil culpa as mães pela criação de homens que se tornam, de acordo com as palavras dele, monstros.

O deputado vai mais além ao afirmar, ademais, que a culpa do esvaziamento dos valores familiares é das mulheres. Segundo ele,

Por nenhuma razão, jamais aceitei deva a mulher ser discriminada, excluída de qualquer atividade em favor da primazia do homem. Sou convicto disso e sempre lutei por isso. Por outro lado, Sr. Presidente, não pude deixar de observar muitas distorções ao longo de tal processo, a mais grave delas dizendo respeito à desvalorização da figura materna. **Trata-se de verdadeiro paradoxo que colaborou de modo deletério com o esvaziamento dos valores familiares**, o esteio de qualquer civilização (BRASIL, 2007g, p. 160-161).

Estabelece-se, aqui, a mesma estratégia discursiva utilizada no subcapítulo anterior em relação ao público que o teria eleito. Ao ver-se e relatar-se como um candidato da moral, “da mulher” (no singular) e da família, Clodovil legitima-se na Câmara a partir de falas que defendem *determinadas* mulheres, *determinadas* famílias, e *determinadas* morais.

Talvez seja o caso de supor que, conforme argumenta Butler (2018), quando o campo de normas de gênero se rompe – mesmo que em poucos instantes, marcados pela presença do deputado na Câmara –, há um estímulo a discursos regulatórios. Tais enunciações sobre as mulheres, as quais são relacionadas à maternidade de forma essencialista, já tinham condições de emergência há décadas. Ainda assim, talvez a disruptiva presença da corporeidade de Clodovil na Câmara tenha estimulado tal discurso regulatório no relato de do próprio deputado de modo a legitimar sua posição ali.

Não pretendo, com tal afirmação, defender as falas dele. Ainda assim, aposto nessa explicação porque ela permite compreender a regulação sobre *certos* corpos – e é tal retórica de regulação e culpabilização de *certos* corpos que é usada por Clodovil. Nas

suas falas, conforme argumentei, o deputado enaltece uma figura romantizada e essencializada “da mulher”, sobretudo no que diz respeito à maternidade. Neste quadro, é curioso perceber que ele coloca-se sempre à serviço de tal feminilidade. Ele defende, por exemplo, que:

Assim foi, em minha vida como estilista de moda, **por meio da qual fui solidário com a luta feminina** pela liberdade. Em paralelo com a criação dos Jogos da Primavera, as chamadas Olimpíadas Femininas, com O Segundo Sexo, de Simone de Beauvoir, com o Movimento Feminista e com as primeiras conquistas mais expressivas da mulher brasileira, **eu fazia alta costura, mas fazia também moda prêt-à-porter, para garantir o direito de a mulher menos privilegiada economicamente se vestir bem, ser feminina, ser digna** (BRASIL, 2007f, p. 81).

Nesse excerto, além de definir o que é e o que não é uma mulher digna, ele coloca-se a serviço de tal dignidade. Enquanto deputado eleito – de acordo com ele, por tais “mulheres dignas” – sua tarefa é dar continuidade ao trabalho que ele já teria começado antes.

Na medida em que ele exalta e se coloca em posição de apoio ou subserviência à tal feminilidade, caberia questionar: e quanto às diferentes expressões de masculinidade? Além da visão do masculino relacionada à figura do monstro, Clodovil também utiliza de argumentos religiosos e biológicos para exaltar “o” feminino e diminuir “o” masculino, como no exemplo abaixo:

O que dizer mais às mulheres, se eu descobri que realmente elas são a representante máxima de Deus?

Entre os irracionais, as fêmeas são muito feias, **e o macho, garboso**. É isso que o homem pretende. Mas ele não tem beleza nenhuma, porque não deixa a beleza aflorar. Ele não sabe fazer isso. **O macho serve para que os predadores o atinjam, e assim se salva a fêmea e se perpetua a família** (BRASIL, 2007b, p. 88).

Mas por que Clodovil diminuiria a figura do masculino, sendo ele próprio um homem? Escapando de interpretações psicológicas que talvez relacionassem tal enunciação ao seu histórico familiar, parece-me instigante pensar em como essa enunciação joga com as relações de poder da Câmara de Deputados. Vejamos, por exemplo, como ele se coloca em relação à masculinidade descrita:

Eu posso falar sobre as mulheres porque sempre as enfeitei, e essa é minha grande marca em minha passagem pela vida. Eu sou um homem que sempre enfeitou as mulheres, **graças ao meu lado feminino, do qual tenho muita honra — os homens, em geral, não se honram de ter células femininas, por isso não respeitam a mulher**, porque pensam que ela existe para ser usada. Mulher não é para ser usada! (BRASIL, 2007b, p. 87).

Parece, portanto, que Clodovil relata a si próprio como um homem feminino – o que lhe afastaria da figura monstruosa que ele próprio descreveu anteriormente. Em suas enunciações, portanto, há uma forma legítima de ser mulher, assim como há uma forma legítima de ser homem. Tais posições são utilizadas para legitimar sua fala como “defensor das mulheres”, mas também para legitimar sua fala masculina em relação às pautas femininas. E, para isso, o deputado lança mão de seu histórico profissional, de sua relação com o divino e de argumentos supostamente biológicos.

Finalmente, esse jogo discursivo em seu relato de si mesmo é interessante na medida em que leva a pensar: enquanto um corpo declaradamente homossexual, como Clodovil colocava-se e dizia-se em relação à tal moral? E a tais posições de sujeito genericadas? Na referida discussão referida anteriormente do deputado com a deputada Cida Diogo (PT), em que ele deu a entender que ela estaria próxima da prostituição, o apresentador defendeu-se de acusações de machismo afirmando que:

De qualquer maneira, todo mundo sabe que eu luto pelas mulheres. Mas há mulheres de todo tipo, como há homens de todo tipo. **Quando eu me percebi homossexual, minha senhora, eu parei e olhei para a direita e vi os travestis que vilipendiam as mulheres.** Em nome da beleza, que é Deus, viraram para lá. E, deste lado esquerdo, estavam Leonardo da Vinci, Garcia Lorca, Santos Dumont. Eu virei para a esquerda. A senhora vire para o lado que quiser. Eu jamais vilipendiaria o nome das mulheres (BRASIL, 2007d, p. 175).

Assim como Clodovil (re)produz em suas enunciações uma figura legítima de feminilidade e masculinidade, ele o faz acerca de homossexuais. Para ele, os homossexuais não legítimos são as travestis, que vilipendiariam as mulheres. Sua expressão de gênero e corporal, portanto, não seria uma questão na Câmara de Deputados, na medida em que ele localiza-se discursivamente no campo da legitimidade.

O deputado faz o mesmo exercício discursivo no dia de lançamento da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual, para o qual ele foi convidado a falar pela Deputada Maria do Rosário (PT/RS). Depois de ser vaiado por a que não há sentido em provar que homossexuais não são filhos de heterossexuais, o deputado afirmou<sup>24</sup>:

Agora, nós temos uma pretensa liberdade de falar na frente de todo mundo, mas isso não é liberdade, isso está se transformando em libertinagem. Essa Parada Gay, por exemplo, eu nunca iria realmente, e as pessoas pensam que eu

---

<sup>24</sup> Não encontrei a ata de lançamento desta Frente Parlamentar no site da Câmara dos Deputados. A transcrição utilizada aqui foi extraída da biografia de Clodovil, escrita por Carlos Minuano (2019). O autor, no entanto, não cita a fonte para as falas. Uma vez que as enunciações presentes não acrescentam novos argumentos, e sim os complementam, as mantive neste texto final. Deixo, porém, este esclarecimento.



sou contra. Eu não tenho orgulho nenhum de ser gay, tenho orgulho de ser quem eu sou (MINUANO, 2019, posição 1614-1627).

Nestas falas, Clodovil novamente (re)produz locais de legitimidade em relação ao que é ser um homossexual *decente* e o que é ser um homossexual *indecente*, que iria à Parada Gay e, segundo ele, seria libertino.

Com tal panorama geral, tentei argumentar neste subcapítulo que Clodovil (re)cria posições de sujeito generificadas e baseadas em essencialismos de modo a legitimar sua própria posição de sujeito enquanto um homem homossexual e cisgênero na Câmara de Deputados. Ao fazê-lo, ele coloca-se no lado da moralidade e da ética, de modo a sustentar suas posições e argumentos no plenário da Câmara.

## 5. Considerações Finais

“Se estamos todos na sarjeta  
 Isso não muda quem somos  
 Pois alguns de nós na sarjeta  
 Estão olhando para as estrelas”  
 Good Guys – MIKA (2015)<sup>25</sup>

Início estas considerações finais com a mesma canção com a qual comecei a introdução deste trabalho. Lá, utilizei-a para questionar onde estavam os sujeitos LGBTQIA+ na História, que foi um dos questionamentos que guiou a pesquisa que culminou com esse trabalho. Agora, finalizo com o refrão da mesma música – e não apenas por seu significado, mas também sua origem.

A frase original de onde tal excerto foi retirado é de autoria de Oscar Wilde, que a escreveu na peça *Lady Windermere’s Fan* (publicada pela primeira vez em 1893). Wilde é hoje reivindicado por parte do movimento LGBTQIA+ como um escritor *queer* que desafiava normas e padrões de gênero e expressão de identidade sexual. Após ter sido preso por supostas atividades homossexuais e por ter tido parte de suas obras censuradas, como é o caso de *O Retrato de Dorian Gray* (1890), Wilde faleceu precocemente aos 46 anos de idade.

Utilizo sua frase, que foi adaptada para a canção citada, para iniciar esta conclusão por conta do quão a considero interessante aos estudos de gênero e sexualidade, sobretudo para aqueles interessados pela comunidade LGBTQIA+. Conforme elenquei em diversas partes deste trabalho, corpos considerados como dissidentes foram, a partir da emergência do dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 2014), relegados à posição de abjetos, e foram vítimas de processos de exclusão, psiquiatrização, prisão e correção.

Neste trabalho, no entanto, inscrevi-me no campo de estudos da historiografia LGBTQIA+ para observar aqueles e aquelas que, por ventura, foram jogados ou levados à sarjeta por expressarem-se de acordo com suas identidades e vontades. Nesse sentido, foquei-me na atuação legislativa do ex-deputado federal Clodovil Hernandes, o primeiro deputado assumidamente homossexual do Brasil. Percebendo a sua corporeidade em um ambiente como a Câmara dos Deputados, que é marcada por uma forte matriz heterossexual, questionei-me: **como Clodovil Hernandes relatava a si mesmo no Congresso Nacional durante suas falas no plenário geral?**

---

<sup>25</sup> Tradução livre feita por mim do trecho: “If we are all in the gutter / It doesn’t chance who we are / ‘cuz some of us in the gutter / are looking up at the stars” (MIKA, 2015).

Para dar conta de tal pergunta, no segundo capítulo deste trabalho dediquei-me à construção dos aspectos teórico-metodológicos que seriam empregados. Nesse sentido, desenvolvi os dois principais conceitos que nortearam a análise, o de discurso (FOUCAULT, 1999a, 1999b) e o de relato de si mesmo (BUTLER, 2019). Além disso, fiz um breve levantamento da história de identidades LGBTQIA+ no Brasil. Cabe lembrar, neste ponto, que tratam-se majoritariamente de identidades masculinas e cisgêneras, na medida que foram sobre elas que encontrei mais publicações.

No terceiro capítulo, realizei uma revisão bibliográfica sobre a vida e atuação de Clodovil Hernandes. Percebi que, no âmbito da política LGBTQIA+, sua participação era muitas vezes omitida, e com frequência criticada por não pertencer a esse movimento identitário. Longe de determinar se sua legislatura era ou não pertencente ao chamado movimento LGBTQIA+, busquei escapar de uma leitura que o via como *grotesco* na política. Desse modo, fiz um levantamento de sua atuação legislativa entre os anos 2007 e 2009, podendo perceber que ele atuou fortemente em relação às áreas da cultura, da educação e da infância. Além disso, é de sua autoria um projeto de lei ainda transitando no Congresso Federal cujo objetivo é regulamentar juridicamente uniões homoafetivas.

No quarto e último capítulo, enfim, realizei a análise do material empírico coletado. Argumentei, nela, que o relato de si feito por Clodovil Hernandes pode ser entendido a partir de dois eixos principais: a construção de uma identidade *outsider* da política institucional; a construção de um sujeito próximo a uma feminilidade idealizada e essencialista. Ambos os eixos são atravessados por um terceiro, no qual o deputado utiliza-se do divino e de uma suposta moral (cristã) para nortear suas ações e falas.

Com esse trabalho, não tive como objetivo exaltar ou elogiar a figura do Clodovil, e tampouco quis diminuir ou criticar sua atuação legislativa. Interessei-me por compreender como um corpo considerado dissidente no Congresso colocou-se frente às normas morais e às relações de poder ali presentes. Quer dizer, parecia-me potente saber como um corpo que anteriormente estaria destinado à sarjeta poderia também olhar para as estrelas.

## 6. Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. A Dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 223-250.

ALMEIDA, Flavia. Entrevista antiga de Clodovil no Programa Silvio Santos causa e viraliza na web. **O Fuxico**, São Paulo, 19 jul. 2021. Disponível em: < <https://www.ofuxico.com.br/noticias/entrevista-antiga-de-clodovil-no-programa-silvio-santos-causa-e-viraliza-na-web/>>. Acesso em: 25 set. 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Trad. Rogério Bettoni, 1. Ed, 4. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Sessão nº 002.1.53.O, 2017a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/ordinari/2007/2/V060207.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Sessão nº 025.1.53.O**, 2007b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/solene/2007/3/HM070307.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Sessão nº 276.1.53.O**, 2007c. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/extraord/2007/10/ENA081007.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Sessão nº 085.1.53.O**, 2007d. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/ordinari/2007/4/V250407.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Sessão nº 200.1.53.O**, 2007e. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/solene/2007/8/HM140807.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Sessão nº 066.1.53.O**, 2007f. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/extraord/2007/4/EM120407.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Sessão nº 099.1.53.O**, 2007g. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/ordinari/2007/5/V080507.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Sessão nº 166.2.53.O**, 2008. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/ordinari/2008/7/V090708.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio A. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

FACCHINI, Regina. De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora L. **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020, p. 31-70.

FERREIRA, Mauricio dos Santos; TRAVERSINI, Clarice Salete. A análise foucaultiana do Discurso como ferramenta metodológica de pesquisa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 207-226, jan./mar. 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999a. Disponível em: . Acesso em: 02 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **As Palavras e as Coisas**: uma arqueologia do saber das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail, 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 28-40.

GREEN, James N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GREEN, James N; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUSFCar, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KATZ, Jonathan. *The invention of heterosexuality*. New Baskerville: Dutton, 1995.

KOHN, Karen ; CASALI, Caroline . Clodovil Hernandez: a política entre o grotesco e o espetáculo na mídia brasileira. **Revista Anagrama (USP)**, v. 01 n.1, p. 01-09, 2007.

MEDEIROS, Tiago V. **Depravada e inesquecível**: memórias, homossexualidades e prostituição masculina a partir da trajetória de Luísa Felpuda (Porto Alegre, últimas décadas do século XX). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 164f. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/215296>>. Acesso em: 25 set. 2021.

MEYER, Dagmar E. E.. Gênero e Educação: Teoria e Política. In: LOURO, Guacira L.; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: Um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 9-27.

\_\_\_\_\_. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (orgs.). Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, pp. 47-62.

\_\_\_\_\_. Verbetes 'Politização do seio', 'Identidade sexual', 'Gravidez' e 'Saúde da Mulher' no Dicionário Feminino da Infância. In: Fleury-Teixeira, Elizabeth Maria; Meneghel, Stela Nazareth. (Org.). Dicionário feminino da Infância: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. 1ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015, v. 1, p. 1-12.

MIKA. Good Guys. Interprete: MIKA In: MIKA. No Place in Heaven, 2015. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=VZQ\\_9eebry0](https://www.youtube.com/watch?v=VZQ_9eebry0). Acesso em: 03 nov. 2021.

MINUANO, Carlos. **Tons de Clô**. Rio de Janeiro: Editora BestSeller, 2019.

OLIVEIRA, Augusta da S. “**Tenho direito de ser quem eu sou**”: o movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre (1989-2010). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 141f. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2018. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/188284>>. Acesso em: 25 set. 2021.

PEDRO, J. M.; VERAS, E. F. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in) visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90 - 109, 2015. DOI: 10.5965/2175180306132014090. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306132014090>. Acesso em: 4 ago. 2021.

PEREIRA, Cleyton F. Movimentos LGBT e Partidos Políticos: construindo uma agenda de pesquisa. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 3, n. 04, 2017, p. 121-132.

PINTO, Celi Regina Jardim. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói**, Caxias do Sul, v. 24, p. 78-109, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney ou como entender os meandros da linguagem do poder**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1988.

RIBKE, Nahuel. Celebridades brasilenãs en la política: historia reciente, continuidades y rupturas. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la comunicación**, v. 9, n. 17, 2012, p. 96-105.

RODRIGUES, Rita de C. C. De Denner a Chrysóstomo, a repressão invisibilizada: as homossexualidades na ditadura. In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUSFCar, 2014, p. 201-244.

SCHMIDT, Benito B.. História LGBTQI+ no Brasil: Atravessamentos entre militância e produção acadêmica. In: RODRIGUES, Rita de C. C.; VERAS, Elias F., SCHMIDT, Benito B.. **Clio Sai do Armário: Historiografia LGBTQIA+**. São Paulo: Letra e Voz, 2021, p. 19-32.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

UOL. Silvero Pereira será Clodovil Hernandes em série sobre a vida do estilista. **UOL**, 04 de junho de 2021. Disponível em: <  
<https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2021/06/04/silvero-pereira-sera-clodovil-herndes-em-serie-sobre-a-vida-do-estilista.htm>>. Acesso em: 25 set. 2021.

VAGGIONE, Juan M. La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. **Cadernos Pagu**, n. 50, p. 1-35, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n50/1809-4449-cpa-18094449201700500002.pdf>. Acesso em 30 nov. 2019.

VERAS, **Travestis: carne, tinta e papel**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira L. (org.). **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. 3ª ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 35-82.